

AMEAÇA TOTALITÁRIA

Bolsonaro confronta mais uma vez as instituições democráticas ao tentar moldar o Estado com as cores do arbítrio. Oposição quer investigar esquema de espionagem montado pelo filho Carlos no Ministério da Justiça

TERESA CRISTINA: A CULTURA RESISTE

Em entrevista, a cantora e sambista diz que faz lives para manter a MPB viva e compartilhar alegria com as pessoas. E diz que quer Lula na Presidência

SANHA DESTRUTIVA DO ENSINO PÚBLICO

Desde o Golpe de 2016, a educação não para de sofrer ataques e agora o governo Bolsonaro promove o desmonte do setor para entregá-lo ao mercado

focus
BRASIL

INTERDITAR BOLSONARO E REVOGAR A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

em defesa da vida
e da democracia

NEGACIONISMO E IRRESPONSABILIDADE LEVAM BRASILEIROS À MORTE

Observatório
da Democracia

Fundação
Cartão Verde

Forças
Vivas

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

ASTROZILDO

Herbert José

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Arlete Sampaio, Camila Vieira dos Santos,
Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eliane Aquino, Elói Pietá,
Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime, Helena Abramo,
Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais
Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da
Silva, Maria Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu
Faria, Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel
Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales
Fagundes, Teresa Campello e Valmir Assunção

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

PAUTA BRASIL

ASSISTA AO PROGRAMA PAUTA BRASIL

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão



DCM Forlivi

TV
247



ObservaBR

CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Acesse em fpabramo.org.br/observabr

NESTA EDIÇÃO

Divulgação

A AMEAÇA DE UM NOVO ESTADO TOTALITÁRIO

ENTREVISTA. Tereza Cristina
diz que o Brasil precisa se
livrar do atraso do governo

Página 4

BIG BROTHER. O filho Carlos
Bolsonaro tenta montar
um Estado de Vigilância

Página 10

FORA DA LEI. Eugênio
Aragão alerta que governo
não pode fazer grampos

Página 18

CPI. Pazuello e Queiroga
serão reconvocados a depor
no Senado sobre vacinas

Página 20

ELETROBRÁS. PT denuncia
ameaça à sobenaria nacional
com venda da holding

Página 24

EDUCAÇÃO. Governo
avança no desmonte
perigoso do ensino público

Página 30

TERRA. Brasil tem uma das
concentrações de terras do
mundo. É hora de mudar

Página 38

EDITORIAL

BOLSONARO E O PROJETO CAPITÓLIO

Aloizio Mercadante *



Mais de uma vez na história, a extrema direita usa de golpes de Estado para tomar o poder, especialmente na América Latina. Exemplo recente desse expediente foram as eleições da Bolívia, em 2020, quando até a OEA, desmascarada posteriormente por estudos de diversas universidades, foi utilizada como instrumento para deslegitimar os resultados das urnas e impedir a eleição de Evo Morales.

Donald Trump, referência da extrema direita mundial e de Bolsonaro, flertou com a tentativa de um golpe nos Estados Unidos. Sem qualquer prova ou indício, Trump questionou o processo eleitoral americano, não reconheceu a ampla vitória de seu concorrente, Joe Biden, e pressionou autoridades de alguns colégios eleitorais. Em um último ato de desespero, incentivou a inédita invasão do Capitólio, mas a solidez das instituições norte-americanas prevaleceu e a democracia daquele país resistiu.

Bolsonaro, que nunca escondeu sua vocação golpista, vem adotando estratégia similar. Desde 2018, questiona a idoneidade da urna eletrônica, que elegeu FHC, Lula, Dilma, o próprio Bolsonaro, os filhos dele, além de governadores e todo o parlamento. Por meio de fake news, procura desmoralizar o reconhecidamente exitoso processo eleitoral brasileiro.

Ao mesmo tempo, o ex-capitão promove ataques permanentes às instituições democráticas, como o STF e Congresso, por meio de manifestações pelo país, mesmo em tempos de pandemia, como os recentes cortejos da morte em Brasília e no Rio de Janeiro. Também promove viagens oficiais para atacar membros da CPI da Covid, como fez em Alagoas.

É evidente que, à medida que perde apoio popular, com Lula liderando pesquisas em todos os cenários, Bolsonaro radicaliza o discurso para inflar e manter a base obscurantista radical e, em certa medida, armada. Apostando cada vez mais na polarização, o trabalha com a ideia de levar as eleições, mesmo se perder.

Soma-se a isso, a grave participação de Eduardo Pazuello, um general da ativa, nas manifestações contra a democracia, uma atitude que agride a lei e o regimento militar. O Exército precisa reagir publicamente para evitar que a quebra de disciplina e da hierarquia contamine demais instâncias da tropa.

Outro ponto de atenção é a participação de Carlos Bolsonaro em licitação do Ministério da Justiça para a compra de um software espião, retirando a prerrogativa de investigação do Judiciário. Esse é um indício claro da formação de uma Abin paralela para alimentar o gabinete do ódio e a tentativa golpista de Bolsonaro.

Em 2016, o golpe contra Dilma pariu Bolsonaro. Agora, precisamos de uma forte mobilização da sociedade e de uma ampla aliança das forças democráticas, especialmente no segundo turno das eleições, para derrotar de forma definitiva o golpismo de Bolsonaro e tudo que ele representa. O que o Brasil mais precisa é de mais e mais democracia.

* Ex-ministro de Estado, é presidente da Fundação Perseu Abramo.



“NÃO TEM TERCEIRA VIA. É LULA CONTRA O ATRASO”

A cantora e sambista diz que está enojada do governo que luta todos os dias para manter a sanidade, mas é na música que deságua seus sentimentos. “Quero mostrar um Brasil que não morre. Acho que a cultura, a música e a poesia brasileira resistem. Resistem muito”, diz Tereza Cristina. “Vamos para meio milhão de mortos. E desse meio milhão de mortos, pessoas importantes, catalisadoras. Toda vida é importante”

Por Pedro Camarão

A cantora e sambista Teresa Cristina é um dos grandes nomes da música brasileira e durante a pandemia, esse período tenebroso que o Brasil vive, encontrou nas lives do Instagram uma forma de superar a triste realidade imposta pela crise sanitária e pela presença de uma figura como Jair Bolsonaro na Presidência da República.

Nos programas que já foram diários, ela recebe artistas da música e do teatro, conversa, canta, chora, ri e acolhe novos artistas, além de descobrir e redescobrir músicas de artistas do panteão da Música Popular Brasileira. O que Teresa Cristina faz é um ato de resistência

através da valorização da cultura brasileira.

A programação de lives já foi batizada como “Noites de Teresa” e ela afirma que pretende seguir fazendo mesmo após a pandemia porque é algo que deve ser preservado. “Acho que o que conquistei sozinha eu tenho que preservar. É um lugar meu. Não tem interferência de ninguém. É a minha live, as minhas regras. Tudo que eu quero fazer ali, eu faço”, explica.

Teresa faz questão também de falar sobre política. A cantora critica abertamente o presidente Jair Bolsonaro, seu governo e seus apoiadores e não se exime sobre as próximas eleições. Para ela, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o nome para tirar Bolsonaro do poder.

“Não tem terceira via. É Bolsonaro de novo ou é Lula. Eu só falo em terceira via se for o terceiro mandato do Lula, aí tudo bem”, comenta. Mas o ex-presidente não é a única coisa necessária para o Brasil, na sua opinião. “Eu desejo que o brasileiro pare de pensar em atalhos. O brasileiro tem uma mania de achar que para tudo tem um caminho mais fácil e não existe caminho mais fácil na vida, nada é fácil na vida”, resume a sambista.

Na entrevista concedida à **Focus Brasil**, Teresa Cristina ainda relembra momentos de *lives* marcantes, falou sobre como está enfrentando a pandemia, cantou e se emocionou em uma conversa descontraída que pode ser lida a seguir:

Focus Brasil - Tudo bem com você?

Teresa Cristina - Eu nem sei mais como responder essa pergunta [rindo]. Eu não sei. Tem dia que estou bem, tem dia que não estou bem. [Tem dia que] Não consigo dormir. Tenho sono às vezes em horário que não é pra ter sono. Meio-dia estou como sono, às vezes 4h da manhã não estou com sono. Eu passo raiva lendo notícia... Eu não sei. Todos os dias eu procuro um motivo para estar bem, para ficar bem. E aí eu faço "live" ou faço pesquisa, ou estou compondo.

Focus Brasil - É um pouco resultado da própria pandemia.

Teresa Cristina - Eu fico tentando fugir de vários assuntos, mas fugir estando presa dentro de casa também é complicado. Na verdade, eu fico tentando manter a minha sanidade mental. Então, eu acho que bem, bem, bem eu nunca estive durante a pandemia. Mas eu sempre procuro... [pausa] não pensar. Não pensar. Não pensar no Bolsonaro, não pensar nessa palhaçada que é essa CPI da Covid que não adianta para porcaria nenhuma. Não pensar que a gente poderia estar vacinado já e a gente não está.

Vamos para meio milhão de mortos. E desse meio milhão de mortos, pessoas importantes, catalisadoras. Toda vida é importante, vou deixar bem claro. E me dói muito ver pessoas que poderiam estar vacinadas e não estão, sabe? A gente está com cepas novas. O vírus aqui no Brasil está igual ao bolsonarismo, fazendo o que quer. Não está encontrando nenhum tipo de resistência.

Focus Brasil - Falta consciência e campanhas de esclarecimento.

Teresa Cristina - Algumas pessoas nas ruas estão vivendo como se não tivesse pandemia. Onde eu moro, tem um campo de fute-

bol e todo dia tem futebol, todo dia tem churrasco. Todo dia tem aquela porrada de homem, macho, ali sem camisa, sem máscara, levando Covid pra dentro de casa, sabe? Dependendo do ângulo é assustador. [pausa][sorrindo] Eu acho que você nem merecia ouvir tudo isso. Você só me perguntou se eu estava bem.

Focus Brasil - Mas no meio disso tudo, temos as suas lives. Elas são um acalento?

Teresa Cristina - Olha, não te-

AS LÁGRIMAS NAS LIVES SÃO DE EMOÇÃO. JÁ QUE É PARA CHORAR, EM VEZ DE CHORAR DE TRISTEZA VENDO O NOTICIÁRIO, CHORO DE EMOÇÃO COM UMA CANÇÃO

nho feito todos os dias. Mas eu faço toda semana. Essa semana eu fiz segunda, fiz na terça porque era uma live sobre Nelson Cavaquinho e não deu para fazer em um dia só. Hoje [quarta-feira] estou fazendo outra que é "Tema de novela", amanhã, faço com a Mônica Salmaso a Batalha [musical].

Ultimamente, tem sido muito importante pra mim, porque eu preciso ocupar o meu tempo com alguma coisa que realmente me distraia. As notícias estão muito cruéis. A realidade está muito

cruel no Brasil. Eu nunca senti isso. Eu nunca tive vontade de não ser brasileira. Nunca. Nunca quis sair da minha cidade, carioca. E aí ver o governador do Rio de Janeiro abraçar esse monstro naquela obscenidade que foi aquele passeio de moto à la Mussolini, sabe? Muito triste.

Focus Brasil - Música é arte...

Teresa Cristina - E poder passar uma tarde inteira pesquisando a obra do Nelson Cavaquinho, eu cataloguei 116 músicas, fiz uma live em que se deve ter cantado 30. Tem uma porrada de músicas do Nelson Cavaquinho que eu preciso aprender a cantar. Isso sim me dá esperança, sabe? Fiz uma live sobre Roberto Ribeiro semana passada, sobre Wilson Moreira. Brasileiros que me deem orgulho. Brasileiros que eu olhe e fale "nossa, é brasileiro". Alguns eu falo: "Eu conheci, estive perto". Wilson Moreira uma pessoa importantíssima para minha carreira. Então, isso para mim vem sendo importante.

Todas as lágrimas que derramo nas lives, considero que são lágrimas de emoção. Então, eu estou trocando. Já que é para chorar, ao invés de chorar de tristeza vendo o noticiário, eu prefiro chorar de emoção com uma canção bonita, com uma letra bonita, lembrar de um artista que a gente gosta, que deixou uma obra bonita. Isso é o que tem me segurado.

Focus Brasil - O ex-presidente Lula participou de uma live sua. Como você disse, sempre é muito intenso, mas você poderia contar de alguns dos momentos que surpreenderam você?

Teresa Cristina - Ah, tem muita coisa. Tem o dia que o Lula entrou, o dia que entrou o [Fernando] Haddad. A live do aniversário de 81 anos do Antônio Pitanga em que eu convidei o Chico [Buarque], Paulinho [da Viola], Cae-

tano [Veloso], o [Gilberto] Gil. Foi lindo. A *live* com o João Bosco, ele contando como entrou o Aldir, foi lindo. A *live* do [José Carlos] Capinam. A primeira vez que a Simone entrou na *live* eu fiquei muito emocionada porque eu ouço a Simone desde criança. Ter me tornado amiga da Joanna. A *live* do aniversário da Marisa, eu amei. A *live* do Realce que o [Gilberto] Gil entrou no final, foi a primeira vez que o Caetano entrou na *live*. A do Roberto Ribeiro foi muito bonita, emocionante. A *live* do Wilson Moreira...

Fiz uma *live* logo depois que o Paulo Gustavo faleceu. Eu nunca tive muita proximidade com o Paulo, mas a gente se conhecia e durante a pandemia ele falou de mim no programa. Ele mandou um áudio lindo para mim que eu vou guardar como um tesouro. E eu percebi que os meus amigos que eram próximos dele estavam muito abalados. Uma tristeza sem fim. E eu resolvi fazer uma *live* para o [Luís] Lobianco. Ele começou com o Paulo Gustavo lá atrás, fizeram teatro juntos. E eu fiz essa *live* para agradar o Lobianco. Um amigo, uma pessoa que eu admiro muito, que eu amo. E ele começou chorando e no final da *live* todo mundo tirou a roupa – claro, ombros nus – bebendo e falando bobagem...

A *live* que eu fiz sobre a cena pop afro da Bahia com a Margareth Menezes. A Daniela Mercury já entrou várias vezes na *live*, entrou em “Tema de Novelas”. A *live* do Djavan durou cinco horas. Depois fiz outra *live* dele e ofereci para o Silvio Almeida que estava fazendo aniversário e o Djavan entrou e conversou comigo. A *live* que eu fiz com o Zeca [Pagodinho]. Foi sensacional. Se eu for elencar, vou estar sendo injusta, inclusive, com *lives* em que não entraram artistas, mas foram incríveis. As autorais que eu faço e conheço os compositores novos. São muitos momentos incríveis.

Focus Brasil - O Instagram armazena tudo isso, mas é algo histórico. No momento em que vivemos aparecer essa valorização da cultura brasileira é importante. Você já pensou sobre o que vai fazer com todo esse material no futuro?

Teresa Cristina - Eu quero publicar isso. Já estou vendo como fazer, inclusive. Além de fazer parte da minha história, acho que é um belo retrato do que foi 2020, do que está sendo 2021. Mostrar um Brasil que não morre. Acho

FIZ UMA LIVE LOGO DEPOIS QUE O PAULO GUSTAVO FALECEU. DURANTE A PANDEMIA ELE FALOU DE MIM NO PROGRAMA. E MANDOU UM ÁUDIO LINDO

que a cultura brasileira, a música brasileira, a poesia elas resistem. Resistem muito. Ou através da obra que ficou, ou através dos nossos intérpretes, ou da força de um compositor. Tem artistas que não morrem. Um Belchior não morre, um Gonzaguinha não morre, um Aldir Blanc não morre. E como um artista desse não morre, quando ele é lembrado, quando a obra dele é passada adiante para alguém que nunca ouviu falar daquela pessoa. Eu fico muito feliz quando eu encon-

tro um jovem que fala: “Ah, quem foi Elis Regina?”, [rindo] Dá vontade de agredir? Pode até dar, mas você fala: “Você não sabe quem é Elis Regina, então ouve isso aqui”. É legal.

Eu fiz a *live* do Roberto Ribeiro, algumas pessoas entraram e falaram que nunca tinham ouvido. Foi bom saber que estou sendo a primeira pessoa a apresentar o Roberto Ribeiro para alguém. Isso também tem uma graça, uma magia, apresentar um artista para alguém. Roberto Ribeiro é um artista muito importante para o samba. Uma pessoa muito dedicada. Ele gravou tudo, samba, bossa nova, MPB, ritmos brasileiros folclóricos e uma voz que depois que você ouve, nunca esquece.

Focus Brasil - Você poderia escolher uma música que possa representar um pouco tudo isso que o Brasil está vivendo?

Teresa Cristina - Algumas, né. Acho que “De volta ao começo”, do Gonzaguinha, talvez seja uma das que eu mais cantei durante as *lives*. Toda hora eu dou um jeito de colocar essa música. Acho que tem a ver por causa dessa volta do Lula na política, esses valores tão caros que a gente tem e que estão sendo achincalhados por essa horda de gente feia, ignorante, cafona, malvada, corrupta. São monstros, né? Eu considero monstros.

Hoje, eu acordei e a primeira notícia que eu tive o desprazer de ver foi de um deputado, eleito aqui pela minha cidade, que criou um projeto pela extinção da UERJ... Extinção da UERJ [estarcida]. A UERJ foi a universidade em que eu estudei, foi a primeira universidade a implementar o sistema de cotas, ela tem um nível acadêmico altíssimo. É uma universidade que está o tempo todo sendo massacrada. Como a pessoa tem a pachorra de fazer um negócio desse?

A gente está no meio de uma pandemia com quase meio milhão de pessoas mortas e vem um espírito sem luz desse e coloca um negócio assim... Claro que isso não vai passar, mas só o fato de ser notícia como se isso fosse possível. É um lamaçal. A gente vai ter que tirar essas pessoas na vassourada. Sei lá o que a gente tem que fazer pra varrer esse povo ignorante, burro, mal intencionado, corrupto. São muitas péssimas qualidades atribuídas a um grupo de pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, à margem da cultura, à margem de tudo o que prestasse. É aquele tipo de pessoa que a gente não dava voz porque era ignorante. O Bolsonaro nunca teve voz porque ele nunca foi nada, ele sempre foi um merda. Ele sempre foi um zero à esquerda para o Exército, para qualquer lugar. Ele nunca fez nada. A família dele é toda suja. É todo mundo envolvido em algum tipo de falcatrua, os filhos bandidos, não pára. É um caracol de merda. A gente perde até o prumo. Não sei mais o que você me perguntou.

Focus Brasil - Pedi que você indicasse algumas músicas que pudessem significar esse momento. Você indicou a "De volta ao começo", do Gonzaguinha.

Teresa Cristina - Então, "O primeiro jornal" que também foi uma das músicas que eu mais cantei nas *lives*, que é da Sueli Costa com o Abel Silva. A música fala de uma mulher tentando agradecer o homem que ela ama antes que ele leia a primeira notícia do jornal. É uma graça, uma música linda. Foi gravada pela Elis. Uma outra música, "Aos nossos filhos" também gravada pela Elis, do Ivan Lins e do Vitor Martins. Tem uma música que foi gravada pelo Chico com o MPB 4 chamada "Cara a cara". [canta] "*Tenho um peito de lata/ E um nó de gravata/ No*

coração/ Tenho uma vida sensata/ Sem emoção/ Tenho uma pressa danada/ Não paro pra nada/ Não presto atenção/ Nos versos desta canção Inútil/ Tira a pedra do caminho/ Serve mais um vinho/ Bota vento no moinho/ Bota pra correr/ Bota força nessa coisa/ Que se a coisa para/ A gente fica cara a cara/ Cara a cara cara a cara/ Com o que não quer ver". É isso.

Focus Brasil - Imaginando que a pandemia vá chegar ao fim, o que você deseja para o futuro próximo, para 2022?

**VOCÊ QUER UM
HERÓI REAL,
OLHA AÍ O LULA.
ESSE CARA FOI
DEMONIZADO
DESDE ANTES
DE ELE ASSUMIR
PRESIDÊNCIA PELA
PRIMEIRA VEZ**

Teresa Cristina - Eu desejo que o brasileiro pare de pensar em atalhos. O brasileiro tem uma mania de achar que para tudo tem um caminho mais fácil e não existe caminho mais fácil na vida, nada é fácil na vida. O brasileiro acredita na *fake news* porque ele quer acreditar naquilo. E a gente tem uma coisa de ficar sempre esperando o próximo herói. Com esse pensamento se elegeu o Collor que fodeu com a classe média, na verdade. Com essa coi-

sa de confiscar a poupança, ele mexeu com a classe média e rapidinho foi deposto.

Só que o Bolsonaro não está fodendo com a classe média. Muita gente está ganhando dinheiro com o governo dele. O Bolsonaro está matando pobre, preto, bicha, veado, sapatão, mulher, criança preta favelada. É esse nicho que ele está matando. Essas pessoas não têm tanto poder na mídia. Toda vez que eu ouço alguém dizer assim, "mas pra quê ficar gritando fora Bolsonaro, ano que vem ele sai, vamos esperar". A pessoa que fala isso, está com uma quantidade de camadas de privilégios que não tem ideia do que está falando, ela não tem a noção do quanto está sendo caro manter esse cara no poder.

Só que ele foi eleito, ele teve gente que o elegeu. E as pessoas continuam cegas achando que ele é um herói. De herói ele não tem nada. Ele é um covarde, um belo de um covarde. Assim como aquele outra que foi lá dar depoimento e se "cagou nas calças". O cara é uma alta patente do Exército e está indo trabalhar de "calça marrom", sabe? Eu acho que a gente tem que pensar mais em política, parar com essa palhaçada de que não se discute futebol, política e religião. A gente está nessa merda por causa disso. Ninguém deixou de discutir futebol. O Brasil está entregue à Igreja Universal do Bispo Macedo porque a gente não discute religião. "Ah, não vamos discutir política", aí elege um Bolsonaro, os filhos dele, um cara que quebrou a placa da Marielle, um cara que quer acabar com a UERJ, literalmente. A gente tem que parar com essa falsa discussão de que isso não se discute. Discute, sim. A problematização existe para a gente viver melhor, para um futuro melhor. Não adianta também o Bolsonaro ir embora e a gente ficar achando que vai vir mais um grande herói que vai acabar com

alguma coisa. Não existe isso.

Você quer um herói real, olha aí o Lula. Esse cara foi demonizado desde antes de ele assumir Presidência pela primeira vez. Ele já foi preso antes de ser presidente. Ele foi eleito e nunca teve a mídia a favor dele. Mesmo depois de demonizado por anos, é um cara que pode ganhar do Bolsonaro no primeiro turno. Que pessoa é essa, que político é esse, o que esse cara tem que ainda está vivo? Ainda está falando em Brasil, preocupado com o Brasil. Pessoas sérias lá de fora quando querem falar de Brasil usam o nome dele, o governo dele. Então, para que esse olhar tão lunático procurando um herói?

Uma coisa que me irrita muito, "ah, não, vamos pensar em uma terceira via". Não tem terceira via. É Bolsonaro de novo ou é Lula. Eu só falo em terceira via se for o terceiro mandato do Lula, aí tudo bem. Mas se não for não me venha com esse papinho de terceira via, com esse papinho de Ciro Gomes 1%. Não quero. Não quero. Não acho que a gente possa brincar nesse momento. E esse "cara" [Bolsonaro] também não está morto, porque quem tem dinheiro não está morto. Ele não tem limite, não tem moral.

Focus Brasil - Do que você mais está com saudade?

Teresa Cristina - [Longa pausa, pensando] Estou com saudade de gente, mas não é essa gente do Leblon, essa gente que está indo para festa durante a pandemia, não. Estou com saudade de gente, da minha gente. Estou com saudade de uma roda de samba. Da segunda-feira no Renascença. Toda segunda-feira eu me lembro [emocionada]. Dá uma dorzinha. Eu até evito de ficar falando isso com o Moacyr [Luz]. Ninguém merece. Se eu estou assim, imagina ele. Então, eu não falo, mas dói.

Divulgação



Focus Brasil - Quando a pandemia acabar, vamos continuar tendo "Noites de Teresa" ou vai mudar?

Teresa Cristina - Não. Eu acho que foi uma conquista minha. E acho que o que conquistei sozinha eu tenho que preservar. É um lugar meu. Não tem interferência de ninguém. É a minha *live*, as minhas regras. Tudo que eu quero ali, eu faço. Então, acho muito interessante ficar pesquisando e falando de artistas. Por exemplo, quando fiz a *live* sobre o Roberto Ribeiro, eu descobri que a mãe do filho dele, também era compositora, fez vários sucessos dele. Então, agora estou à caça das músicas dela. Isso é uma coisa que eu não quero parar. É muito gostoso encontrar as pessoas, conhecer gente nova, um artista novo. É muito legal poder falar com gente que eu admiro, poder falar com Fausto Nilo, nunca tinha falado com ele na minha vida. Reencontrei também um compositor do Maranhão

chamado Josias Sobrinho, que fez uma música que eu ouvia na minha infância, "Engenho de flores", e o cara está lá no Maranhão e eu conseguir falar com ele. Isso é muito bom. Eu também sou tie-te, né? Eu sou artista, mas gosto de encontrar as pessoas que admiro, de saber como a pessoa é. E, também gosto de trazer gente, de descobrir pessoas. As vezes aquela pessoa é tão talentosa e ela só está esperando uma oportunidade para alguém conhecer, ouvir o que ela está fazendo. É tão ruim fazer uma canção e ninguém ouvir, ou trabalhar, trabalhar e só ouvir não. Às vezes conheço compositores novos, e você vê na *live* a beleza da pessoa aparecendo, o olho brilhando. É uma sensação muito boa que eu estou usando no lugar da minha libido. Pandemia, libido zero, então, isso é o que me dá tesão ultimamente. É ver gente feliz, tirar felicidade das pessoas. É uma coisa que me deixa acesa. •



大田

大田氏

文藝なつ

社明

大田

A AMEAÇA DO ESTADO TOTALITÁRIO

Bolsonaro volta a promover aglomerações, enquanto lança nova ofensiva contra as instituições democráticas em meio às suspeitas de que o governo trama a vigilância digital de cidadãos e ativistas. Oposição consegue aprovar ida do ministro da Justiça e do General Augusto Heleno para explicar licitação suspeita de promover espionagem

O fantasma do autoritarismo volta a rondar o Brasil. Em meio às constantes ameaças do presidente Jair Bolsonaro de voltar-se contra as medidas adotadas por governadores e prefeitos para conter a pandemia, incitar manifestações contra o Supremo Tribunal Federal e tentar intimidar senadores da oposição que atuam na CPI da Covid, a história da licitação do Ministério da Justiça para a compra de software capaz de rastrear as redes sociais para monitorar cidadãos – inclusive invadindo ilegalmente os aparelhos celulares sem autorização – levou a oposição a denunciar a tentativa do governo de intimidar as instituições democráticas.

“O Ministério da Justiça não é instituição policial, portanto não é de sua competência a aquisição dessas ferramentas. A referida iniciativa atenta gravemente contra o direito à privacidade e à segurança dos brasileiros, posto que ao ser genérica na descrição do que sejam mídias sociais, deep e dark web, a licitação em permitiria a aquisição de ferramentas como

o spyware Pegasus, da empresa israelense NSO”, aponta nota do Observatório da Democracia.

Integrado pelas fundações dos partidos de oposição – Lauro Campos-Marielle Franco (Psol), João Mangabeira (PSB), Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (PDT), Maurício Grabois (PCdoB), Perseu Abramo (PT), Ordem Social (PROS), Astrojildo Pereira (Cidadania), Rede Brasil Sustentável (Rede) e Verde Herbert Daniel (PV) –, o Observatório da Democracia quer a anulação do edital e a abertura de investigação imediata para apurar o caso, inclusive sobre o envolvimento do filho do presidente, o vereador Carlos Bolsonaro, no direcionamento da licitação.

O líder do PT na Câmara, Bohn Gass (RS), e o deputado Paulo Teixeira (SP) entraram com representações no Ministério Público Federal e no Tribunal de Contas da União, contra o vereador e o ministro Anderson Torres, por conta da licitação para a contratação de softwares de espionagem pelo governo. A interferência do filho Zero Dois do presidente no pregão eletrônico 3/21 do Minis-

tério da Justiça foi revelada pelo UOL em 19 de maio. Segundo o portal, o político carioca tenta usar a estrutura do Ministério da Justiça para expandir uma “Abin paralela”.

“Trata-se, sem meias palavras, além de uma aquisição desnecessária, quando confrontada com as prioridades sanitárias do país, da institucionalização da espionagem ou arapongagem criminosa no Brasil, num momento em que se acirra, como se verá adiante, a disseminação do ódio”, ressaltam os dois parlamentares nas representações entregues ao MPF e ao TCU.

Na quarta-feira, 26, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara aprovou requerimento do deputado Paulo (PT-AL) e outros deputados do PT para ouvir o ministro Anderson Torres, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, e o diretor-da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, para que prestem esclarecimentos sobre o edital de licitação, que trataria da contra-

ATUAÇÃO SUSPEITA

O vereador Carlos Bolsonaro, que coordena as redes sociais do presidente e comanda o chamado Gabinete do Ódio diretamente do Palácio do Planalto, é suspeito de encomendar ao Ministério da Justiça licenças do software espião israelense para uso político contra adversários de Bolsonaro



tação do programa de espionagem Pegasus.

“Esse modelo está sendo questionado no mundo porque invade a privacidade sem ter necessidade de autorização judicial. Isso é muito grave para a democracia”, aponta Paulão. Ele quer saber se GSI, ao qual a Abin é subordinada, tinha conhecimento do edital. O UOL revelou que Carlos Bolsonaro teria pressionado o Ministério da Justiça a realizar o certame, passando por cima do GSI e da Abin.

O edital de licitação 03/21, lançado no começo de maio pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem o valor global de R\$ 25,4 milhões e coloca como objeto a aquisição de solução de inteligência em fontes abertas, mídias sociais, deep e dark web. Para o deputado Paulão, o histórico de uso não republicano, portanto ilegal, da ferramenta e a influência do vereador Carlos Bolsonaro no processo corroboram os indícios de que o governo criou e mantém em funcionamento uma Abin paralela, sob o comando do filho do presidente.

“Como o software funciona por meio de licenças (direitos individuais de acesso), o ministro Anderson Torres compartilharia com Carlos Bolsonaro 155 das 249 licenças previstas no contrato. As

94 licenças restantes se destinariam ao Banco Central, ao Ministério Público Federal e a órgãos de 13 estados”, aponta o requerimento aprovado pela Comissão de Relações Exteriores. “Em 2020, o Supremo Tribunal Federal precisou proibir o Ministério da Justiça de seguir elaborando dossiês sobre servidores que se declaravam antifascistas”, lembrou o deputado alagoano.

Em nota, o Ministério da Justiça disse que o processo de li-

citação visa a “aquisição de ferramenta de busca e consulta de dados em fontes abertas para ser usado, pelo ministério e órgãos de segurança pública, nos trabalhos de enfrentamento ao crime organizado”. A pasta disse ainda que “a referida licitação não tem nenhuma relação com o sistema Pegasus”.

O UOL teve acesso às propostas, ainda sob sigilo, de todos os concorrentes do pregão eletrônico. Fontes que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) enfatizaram a participação da NSO Group, dona do Pegasus, no pregão por meio de um revendedor brasileiro, que fez uma proposta ao edital de R\$ 60,9 milhões.

Na quarta-feira, 25, a empresa fornecedora do Pegasus abandonou a licitação. A saída ocorreu após o UOL revelar o envolvimento de Carlos Bolsonaro na negociação. Para contenção de danos, a empresa brasileira responsável por comercializar o Pegasus, a M.C.F da Silva, se retirou do processo licitatório.

A empresa leva as siglas do dono, Marcelo Comitê Ferreira, responsável por chefiar o escritório da israelense NSO Group no Brasil e pela comercialização do sistema espião no país. A ligação de Comitê com a NSO é eviden-

O MINISTRO DA JUSTIÇA, ANDERSON TORRES, COMPARTILHARIA COM CARLOS BOLSONARO LICENÇAS DO SOFTWARE ESPIÃO



Arquivo

INVESTIGAÇÃO DA LICITAÇÃO

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP), junto com o líder Bohn Gass (PT-RS), entrou com representações no Ministério Público Federal e no Tribunal de Contas da União para suspender a licitação e investigar o esquema de espionagem paralela que o governo estaria montando por meio do Ministério da Justiça

ciada pelo próprio empresário que, ao apresentar a oferta no momento de instrução, que está sob sigilo no Ministério da Justiça, precisou expor informações da empresa.

Para o PT, o caso precisa ser investigado e a licitação, suspensa. Além das representações movidas por parlamentares ligados ao PT e outras legendas da oposição, cinco organizações ligadas aos Direitos Humanos também protocolaram no TCU uma denúncia contra o pregão para a contratação do aparelho espião. Assinam o documento a Transparência Internacional, a Rede Liberdade, o Instituto Sou da Paz, o Instituto Igarapé, e a entidade Conectas.

A ação aponta três irregulares no pregão: “inadequação da modalidade de licitação escolhida”; possível “usurpação de competência e violação do princípio da legalidade”; e “ilicitude do objeto”. Segundo as entidades, o modelo de pregão escolhido funciona para a contratação de serviços comuns, mas não é o adequado para a aquisição de um software complexo que lidará com segurança.

“O que fica para nós é a clareza de que a ferramenta será usada para a vigilância da sociedade civil, algo incompatível com a democracia”, afirmou a advogada

Juliana Vieira, da Rede Liberdade.

Carlos Bolsonaro é apontado como responsável pela política e diretivas do chamado “Gabinete de Ódio”, que atua diretamente ligada à Presidência da República e vem promovendo, desde o início do governo, uma ofensiva nas redes sociais contra opositores do presidente Jair Bolsonaro, além de ataques diretos a instituições e autoridades públicas como ministros do Supremo Tribunal Federal e a outros integrantes do Poder

Judiciário, além de parlamentares e governadores e prefeitos.

A atuação do “Gabinete do Ódio” foi alvo da CPI das Fake News, iniciada no ano passado e suspensa por conta da pandemia. Um dos braços do esquema de disseminação de notícias falsas e ataques a potenciais adversários do presidente é o assessor especial Felipe Martins, que atua no Palácio do Planalto a poucos metros do gabinete do presidente da República. Ele responde diretamente a Carlos Bolsonaro.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) afirmou que caso é gravíssimo. “É mais grave ainda que um dos filhos de Bolsonaro amplie a Abin paralela, um braço do Gabinete do Ódio”, disse a parlamentar. Os militares foram jogados para escanteio nas discussões. O principal motivo seria a segurança na proteção dos dados. Há o temor de que as informações fiquem disponíveis em bancos no exterior.

Em 2019 houve uma reunião com uma empresa que ofereceu ao Exército software com função similar, mas que atendia aos anseios militares e armazenaria os dados coletados no Brasil. As tratativas não teriam prosperado porque Carlos descobriu a iniciativa e percebeu que não seria convidado a participar. •

**ORGANIZAÇÕES
DE DIREITOS
HUMANOS
PROTOCOLARAM
NO TCU UMA
DENÚNCIA
CONTRA O PREGÃO
QUE PERMITE
ESPIONAGEM**

LEI IMPEDE ESPIONAGEM SEM AUTORIZAÇÃO

Ministério da Justiça, ou seu órgão de inteligência, não é instituição policial. Não pode, portanto, demandar quaisquer quebras de sigilo sem decisão judicial

O pregão eletrônico N° 3/2021, realizado pelo Ministério da Justiça para aquisição de solução de inteligência em fontes abertas, mídias sociais, deep e dark web apresenta questões a serem observadas cuidadosamente, a partir da análise do edital. Cabem, entretanto, observar primeiro o pressuposto de que existe legislação que determina autorização judicial para a quebra dos sigilos de comunicação telefônica e telemática, quando necessárias as investigações policiais. Tais demandas devem ser apresentadas exclusivamente pela polícia judiciária, tendo como lastro inquéritos policiais e processos de investigações criminais, ou pelo Ministério Público, mediante petição ao juiz.

Excetuando os casos acima descritos, inexistente no repertório legal brasileiro permissão para que qualquer agência de inteligência, Forças Armadas, órgão público, ou polícia militar, tenham

acesso ao conteúdo das comunicações de qualquer cidadão brasileiro. Portanto, não existe uma fórmula legal hoje que permita isso. Assim, tal qual um cidadão não tem permissão para adquirir um blindado militar ou um caça, uma vez que não tem permissão para utilizá-los, igualmente um órgão ou instituição de Estado não pode adquirir ferramentas sem autorização legal para uso.

Um sistema de interceptação de comunicações telemáticas, por exemplo, que monitore trocas de mensagens textuais, e comunicações por voz, está claramente sob a cobertura legal da legislação acima descrita, que rege as condições para quebra do sigilo de comunicações. O mesmo se daria quanto a ferramentas que permitam o acesso aos aparelhos celulares dos cidadãos brasileiros ou estrangeiros. Ou seja, sua aquisição seria restrita as instituições que podem empregar tais re-

ursos: Polícia Judiciária e Ministério Público Federal.

Cabe ressaltar ainda, que o Ministério da Justiça, ou seu órgão de inteligência, não é instituição policial. Ambos não podem, portanto, demandarem quaisquer quebras de sigilo de comunicações telefônicas ou telemáticas. Compete ressaltar ainda, que nos quadros do ministério existem policiais – civis, militares e federais –, cedidos por suas instituições, estando deslocados de suas missões originais. Todavia, o policial não carrega consigo a prerrogativa do exercício da investigação com quebra de sigilos, vez que esteja no exercício de outra função que não a de policial. Igualmente estão proibidas de atentar contra o sigilo das comunicações a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), os órgãos de inteligência das Forças Armadas, a Polícia Rodoviária Federal, ou as polícias militares nos estados. Muito menos órgãos como a Receita Fede-

Arquivo



AUDIÊNCIA PÚBLICA

O deputado federal Paulão (PT-AL) aprovou requerimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, para a realização de audiência a fim de ouvir os ministros Alexandre Torres (Justiça) e General Augusto Heleno (GSI) sobre a licitação pública para compra de software de espionagem

ral e suas congêneres estaduais, ou órgãos de fiscalização ambiental, dentre outros.

Igualmente vale observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que prevê a proteção de dados dos indivíduos, e que tão pouco permite qualquer acesso aos órgão de inteligência de Estado ou de polícia ostensiva, e muito menos de instâncias ministeriais.

Por fim, cabe notar que, ao contrário do senso comum, agências de espionagem em todo o mundo, como a National Security Agency (NSA), fundada em 1952 nos Estados Unidos, sofrem diversos limites legais em suas atividades. Não somente existe legislação regulando a interceptação de estrangeiros ou suspeitos de espionagem em território norte-americano, como existe um setor no judiciário para autorizar, ou não, tais violações de sigilo, no tocante a inteligência de Estado.

A United States Foreign Intelligence Surveillance Court (FISC, ou FISA Court) foi estabelecida desde o marco legal criado pelo Foreign Intelligence Surveillance Act de 1978. Nos Estados Unidos, por exemplo, não existem exigências legais somente para a interceptação realizada sobre estrangeiros residentes fora do país. Mesmo assim, as atribuições de espionagem sobre o exterior estão claramente atribuídas sob o prisma legal do Estado, desde a origem da CIA e da NSA.

Outra ressalva é de que a ausência de regulação do tema no Brasil provavelmente daria margem para as atuações pouco republicanas, em detrimento das reais necessidades de proteção do Estado e da sociedade ante as ameaças externas, como é o caso da própria NSA. •



TECNOLOGIA DE PONTA Sede da empresa NSO, em Herzlyia, em Israel, onde foi desenvolvido o software usado para invadir aparelhos celulares

SPYWARE USADO PARA PERSEGUIR ATIVISTAS E JORNALISTAS NO MUNDO

As compras tecnológicas do pregão do Ministério da Justiça levaram especialistas a apontar que o uso genérico na descrição do que sejam mídias sociais, deep e dark web permitiria a aquisição de ferramentas como o spyware Pegasus, da empresa israelense NSO, apontada pelo UOL como objeto de desejo de Carlos Bolsonaro.

A NSO é uma empresa que tem sido denunciada há anos pelo software capaz de enganar sistemas operacionais de telefones celulares como o Android ou o iOS e instalar um spyware para capturar informações e transformar o próprio telefone num espião, gravando e monitorando o dono do aparelho, até mesmo quando está desligado.

A NSO Group tem como fundadores Shalev Hulio e Omri Lavie, originários da Unidade 8200, responsável pela interceptação de comunicações para o Exército israelense, e parceira estratégica da NSA, para além de ser considerada uma escola de empreendedorismo tecnológico. No ano

passado, o WhatsApp processou a empresa israelense por estar “profundamente envolvida” na execução de hacks de telefones celulares de 1.400 usuários, incluindo altos funcionários do governo, jornalistas e ativistas de direitos humanos.

O jornal inglês *The Guardian* publicou em abril do ano passado novas denúncias sobre a NSO alegando que a empresa israelense é responsável por graves violações dos direitos humanos, incluindo o hacking de mais de uma dúzia de jornalistas indianos e dissidentes ruandeses.

Durante anos, o NSO disse que seu spyware é comprado por clientes do governo com o objetivo de rastrear terroristas e outros criminosos e que não tinha conhecimento independente de como esses clientes - que no passado teriam incluído a Arábia Saudita e o México - usam seu software. O processo movido pelo WhatsApp mostra que os servidores da NSO são parte de como os hacks foram executados, contrariando a empresa. •



ESTADO TOTALITÁRIO

O NEGÓCIO MILIONÁRIO DA ESPIONAGEM DOS CIDADÃOS

O inglês *Financial Times* denunciou em 2019 a NSO por usar o Pegasus para invadir o telefone de dissidentes e opositores de governos no México, Arábia Saudita e Emirados. Repórter do *Washington Post* assassinado em 2018 foi vítima da empresa

Em 2019, logo depois da Apple lançar uma campanha publicitária promovendo a impenetrabilidade do iPhone - "Privacidade. Isso é o iPhone", prometiam os comerciais - a empresa israelense NSO chamou seu pessoal de vendas para falar sobre uma atualização importante projetada para frustrar essa mesma privacidade. A revelação é do jornal inglês *Financial Times*. De acordo com uma pessoa na reunião, os executivos da NSO fizeram uma afirmação ousada: usando apenas uma simples chamada não atendida no WhatsApp, descobriu-se uma maneira de "largar a carga", um software chamado Pegasus que pode penetrar no segredo mais sombrio de qualquer iPhone.

Poucos minutos após a cha-

mada perdida, o telefone começa a revelar seu conteúdo criptografado, espelhado em uma tela de computador do outro lado do mundo. Em seguida, transmite de volta os detalhes mais íntimos, como mensagens privadas e localização, e até liga a câmera e o microfone para reuniões ao vivo. O software em si não é novo - foi a atualização mais recente para uma tecnologia com uma década de existência, tão poderosa que o ministério da defesa israelense regulamenta sua venda. Mas o hack do WhatsApp foi um novo e atraente "vetor de ataque", diz a pessoa. "Ótimo para as vendas."

Essa é a mostra do discurso de vendas que a NSO faz para governos em todo o mundo - e que ajudou a dar a uma pequena e

discreta empresa uma avaliação de mercado de US\$ 1 bilhão. As poucas centenas de engenheiros da NSO afirmam que conseguiram contornar qualquer obstáculo que a Apple, a empresa mais valiosa do mundo, colocar em seu caminho.

A venda de tecnologias tão poderosas e controversas também dá a Israel um importante cartão de visita diplomático. Por meio da Pegasus, Israel adquiriu uma presença importante - oficial ou não - nas salas de guerra profundamente confidenciais de parceiros improváveis, incluindo Estados do Golfo, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Embora ambos os países rejeitem oficialmente a existência do Estado judeu, agora se encontram o objeto de uma ofensiva de

charme do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu que mistura uma hostilidade compartilhada ao Irã com know-how de inteligência.

O governo israelense nunca falou publicamente sobre seu relacionamento com o NSO. Pouco depois de deixar o cargo de ministro da Defesa em novembro, Avigdor Lieberman, que tinha a responsabilidade de regulamentar as vendas da NSO, disse: "Não tenho certeza se agora é o momento certo para discutir isso... Acho que tenho a responsabilidade pela segurança do nosso Estado, pelas relações futuras". Mas acrescentou: "Não é segredo hoje que temos contato com todo o mundo árabe moderado. Acho uma boa notícia".

O Grupo NSO diz que Pegasus tem sido usado por dezenas de países para prevenir ataques terroristas, se infiltrar em cartéis de drogas e ajudar a resgatar crianças sequestradas. Mas duas ações judiciais contra a empresa, movidas em Israel e Chipre, e com base nas investigações de grupos de direitos humanos, afirmam que rastreou o software até os telefones de jornalistas, dissidentes e críticos de governos do México à Arábia Saudita, incluindo um pesquisador na Anistia Internacional, esposa de um jornalista mexicano assassinado e ativistas anticorrupção.

À medida que a influência da empresa cresceu, ela foi monitorada por pesquisadores da Universidade de Toronto que seguiram a Pegasus. Eles acreditam que ele foi usado em 45 países, incluindo Bahrein, Marrocos, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Meta-de da receita do grupo vem do Oriente Médio, segundo um investidor na apresentação de abril, embora a empresa também tenha dito no encontro que tem contratos com 21 países da UE.

A tecnologia da NSO tornou-se uma arma troféu nas rivalida-

des que consomem o Oriente Médio. O processo israelense diz que os Emirados Árabes Unidos, um cliente da NSO, pediu a um representante da empresa para hackear os telefones celulares do emir do Catar, um príncipe saudita rival e editor de um jornal dissidente em Londres. O assassinato de Jamal Khashoggi, o colunista do *Washington Post*, em Istambul, por assassinos do governo saudita, trouxe um escrutínio mais profundo da empresa.

OMAR ABDULAZIZ, CRÍTICO DO GOVERNO SAUDITA, E AMIGO DE KHASHOGGI, ALEGA NA JUSTIÇA QUE TEVE O TELEFONE INFILTRADO PELO PEGASUS

Omar Abdulaziz, um crítico do governo saudita, residente no Canadá e amigo de Khashoggi, alega em um dos processos em Israel que teve seu telefone infiltrado pelo Pegasus e foi usado para rastrear as conversas de Khashoggi com ele antes de sua morte em outubro de 2018.

A NSO ofereceu uma resposta protegida - dizendo publicamente apenas que seu software não foi usado por nenhum de seus clientes para infectar o próprio telefone de Khashoggi e que ele só vende para países responsáveis

após verificação diligente e com a aprovação do governo israelense.

A empresa não quis comentar o registro. Mas sobre a questão de seu software ser usado por clientes para monitorar dissidentes ou jornalistas em vez de alvos terroristas legítimos, uma pessoa familiarizada com a NSO diz que não vê nenhum dos dados coletados por seus clientes. Em vez disso, ela projetou um firewall entre seu software, que atualiza e mantém regularmente, e os dados que coleta, que ficam em servidores separados localizados no país do cliente, disse.

"Seu discurso sobre a seleção cuidadosa de clientes parece uma piada, porque já tem muitos contratos com estados com registros de direitos humanos muito problemáticos, como a Arábia Saudita", disse Alaa Mahajna, um advogado de direitos humanos baseado em Jerusalém que representa Abdulaziz e um grupo de jornalistas e ativistas mexicanos em duas ações judiciais contra o NSO.

Em um detalhe não relatado anteriormente, a NSO tem vendido a capacidade de hackear telefones celulares em qualquer parte do mundo - mais recentemente usando o WhatsApp - com limitações geográficas de software decididas pelo governo israelense, de acordo com uma pessoa familiarizada com a empresa. Isso significa que uma agência de espionagem em um país pode, teoricamente, hackear telefones fora de sua jurisdição.

Para uma empresa com alcance tão incomparável, a NSO mantém um véu de sigilo - até recentemente, ela não tinha um site. Seus fundadores, Shalev Hulio e Omri Lavie, raramente falam com a imprensa - em uma entrevista de 2013 com o *Financial Times*, Lavie disse que manter a empresa privada permite que "coisas que são secretas permaneçam secretas". •



ESTADO TOTALITÁRIO

Agência Brasil

DENÚNCIA DE ESPIONAGEM É GRAVE

Os fatos e as notícias indicam que estamos à beira de mais uma grande crise política do governo Bolsonaro. Fica evidente seu esforço de bisbilhotar a vida das pessoas e o funcionamento das organizações da sociedade civil

Por Eugênio Aragão

O objeto da compra do pregão eletrônico do Ministério da Justiça é, em bom português, programa oportunista – conhecido também pela designação de malware – que se utiliza das debilidades dos sistemas de segurança de telefones celulares, tablets e computadores, para neles se instalar clandestinamente e sem rastro, com objetivo de phishing e vasculhamento de comunica-

ções entre pessoas.

Os fatos e as notícias indicam que estamos à beira de mais uma grande crise política do governo Bolsonaro. Fica evidente seu esforço de bisbilhotar a vida de pessoas e o funcionamento de organizações da sociedade civil, em total desacordo com a legislação vigente e por meio de prática ímproba. Vamos aos detalhes.

O marco normativo constitucional está no artigo 5º, XII, da Constituição, que estabelece a inviolabilidade do “sigilo de correspondência e das comunica-

ções telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas”, exce- tuando-a, apenas, na investigação criminal e na instrução penal, para produção de prova, sempre mediante ordem judicial. Em outras palavras, é garantia fundamental esse sigilo e o Estado só pode quebrá-lo mediante autorização do Judiciário, quando estiver em causa a persecução penal por crime determinado.

A legislação infraconstitucional, evidentemente, também é restritiva. A Lei 9.296, de 24 de julho de 1996, trata de regula-

mentar o permissivo constitucional excepcional e só admite a que a quebra seja autorizada quando a prova não puder ser feita por outros meios. Assim, a chamada interceptação telefônica e de dados é a ultima ratio da investigação criminal, pressupondo, evidentemente, que haja indícios robustos de autoria.

Coisa bem distinta é a quebra do sigilo, clandestina e sem autorização judicial, para fins de inteligência. Essa não encontra guarida constitucional, é ilegal e criminosa. O artigo 10 da Lei 9.296/1996 é categórico ao estabelecer que “constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo de justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei”.

Inteligência e investigação criminal são atividades que obedecem a pressupostos e a escopos bem diferentes entre si. A investigação é atividade retrospectiva e tem por alvo fato pretérito que se subsume a um tipo penal; busca colher provas da materialidade e da autoria desse fato. Já a inteligência é prospectiva e se destina a dar subsídios às autoridades para prevenir cenários de risco, sejam esses políticos, criminógenos ou, até mesmo, de perigo natural. É atividade estratégica para instruir o planejamento da ação pública. A inteligência não pode invadir a esfera privada. O Estado não pode sacrificar bens jurídicos caros à democracia para se informar. Não haveria, do contrário, proporcionalidade entre o sacrifício e o ganho.

A compra de softwares que possam se infiltrar em computadores e celulares por meio da debilidade de seus sistemas de segurança, para colher dados além da fonte aberta (aquela acessível ao público em geral,

mediante pagamento ou não), protegidos pelo sigilo telefônico, telemático e do ambiente privado, é flagrantemente ilegal. Trata-se de desvio de recursos públicos para fins ilícitos, atentórios à dignidade da pessoa humana. É disso que se trata no caso do pregão eletrônico lançado pelo Ministério da Justiça.

Escandaliza ainda mais o senso comum, a notícia da suposta presença, nas tratativas da compra, do filho do presidente da República, o vereador Carlos Bol-

É INACEITÁVEL IMAGINAR CARLOS BOLSONARO COM ACESSO A INFORMAÇÕES E DADOS PESSOAIS DE SEUS MUITOS ADVERSÁRIOS POLÍTICOS

sonaro, notoriamente envolvido em práticas à margem das regras das redes sociais e coordenação de ataques por disparo em massa de fake news contra a integridade de atores públicos e de grave distorção de fatos de interesse público. Permitir-lhe voz decisiva na escolha do software – diz-se que teria predileção pelo programa israelense Pegasus – sugere que venha a ter acesso ao uso dos dispositivos invasivos, de certo para finalidade de agitação política e tensionamento do espaço públi-

co. É inaceitável imaginar Carlos Bolsonaro com acesso a informações e dados pessoais de seus muitos adversários políticos. Não há dúvida de que faria uso destes para fins eleitorais, implicando verdadeiro abuso de meios de comunicação.

Esse estado de coisas, se verdadeiro, denota prática de improbidade administrativa com prejuízo para os cofres públicos, já que cada exemplar desse software tem custo altíssimo. Trata-se de realização de despesa, a toda evidência, não autorizada em lei (art. 10, IX da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 – LIA), já que o objeto da compra é de uso vedado.

É, ademais, imoral proceder a esse tipo de dispêndio em plena pandemia, quando faltam, segundo fontes governamentais, recursos para manter o auxílio emergencial mínimo para pessoas que não estão conseguindo sequer cobrir os gastos de alimentação e moradia. Não há, pois, juízo de conveniência e oportunidade que resista a um exame sério do propósito.

A iniciativa revela, mais uma vez, completo descompromisso do governo Bolsonaro com a Constituição de 1988, que jurou cumprir. Sua obsessão contra os que elegeu por inimigos de sua ideologia de extrema direita o faz transformar o Brasil numa república de xeretas, em que ninguém mais poderá ter certeza do resguardo de sua esfera privada. Promove-se, pelo poder público, grave risco para a integridade física, psicológica e moral de muitos que entrarão na mira de seu grupo que espalha ódio por meio da rede mundial de computadores. A atuação do Ministério Público Federal e do judiciário torna-se urgente e imprescindível. •

* Advogado, foi ministro da Justiça e é procurador da República aposentado.



APESAR DAS MENTIRAS, HÁ UMA FARTURA DE PROVAS

Em um mês de trabalho, CPI da Covid coleta dezenas de evidências de que o governo federal não apenas foi omissos, como o próprio presidente operou em favor da pandemia acreditando na falsa tese da contaminação de rebanho. Ministério da Saúde foi orientado a paralisar negociações para aquisição de vacinas. “O depoimento de Dimas [Covas], é demolidor”, aponta Humberto Costa

Em pouco mais de um mês de trabalho, a CPI da Covid já coletou provas e evidências de que o governo Bolsonaro não apenas foi omissos na condução irresponsável da crise sanitária. O próprio Jair Bolsonaro operou diuturnamente pela ampliação da infecção da Covid-19, acreditando que isso permitiria chegar à contaminação de rebanho. Ainda que o preço pago pelo país seja até agora a montanha de 460 mil mortos. “Nós já temos provas suficientes para indiciar Bolsonaro”, aponta o senador Rogério Carvalho (PT-SE), que integra a CPI.

Ele e outros membros da CPI apontam que os documentos enviados pelo próprio governo, assim como os depoimentos co-

lhidos até agora demonstram claramente que o Palácio do Planalto ignorou de maneira suspeita e criminosa as ofertas de vacinas. Mesmo alertado diante do quadro de agravamento da pandemia em diversas ocasiões, ao longo de 2020 e até fevereiro, o presidente da República nada fez para garantir a oferta de vacinas e evitar o aumento de contágios com a adoção de medidas de distanciamento.

Na última quinta-feira, 27, o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, revelou que o governo ignorou solenemente a oferta de vacinas da Coronavac, produzidas pelo laboratório brasileiro em conjunto com a farmacêutica chinesa Sinovac, por capricho pessoal do presidente. Ele disse à CPI que a oferta de 100 milhões

de doses da vacina contra a Covid não foi fechada em outubro por entraves políticos. O Brasil poderia ter garantido mais 49 milhões de doses até maio se não fossem esses impasses.

“O depoimento de Vossa Senhoria, Dr. Dimas, é demolidor”, disse o senador Humberto Costa (PT-PE), após a revelação de que o Brasil poderia ter sido o primeiro país a iniciar a vacinação. “O depoimento é a prova mais cabal da omissão, do desinteresse do governo com vacinas”, criticou. “O governo Bolsonaro é responsável pela morte dos brasileiros por Covid”.

Dimas Covas revelou que, em julho do ano passado, o instituto fez a primeira oferta de vacinas ao Ministério da Saúde, sinalizando com 60 milhões de doses para

serem entregues ao governo federal. Foi solenemente ignorado. Covas também destacou que o governo Bolsonaro não deu um centavo para auxiliar o instituto na produção de vacinas.

Na sexta-feira, 28, o professor Pedro Hallal da Universidade Federal de Pelotas, coordenador do Epicovid-19, o maior estudo epidemiológico sobre coronavírus no Brasil, disse que o Brasil teria evitado pelo menos 80.300 mortes até maio se Bolsonaro tivesse fechado em outubro o contrato com o Butantan.

A CPI sabe agora que o Palácio do Planalto atrasou proposadamente a assinatura do contrato com o Butantan por três meses. Por causa disso, o governo acabou impedindo a vacinação de pelo menos 50 milhões de brasileiros ainda no primeiro semestre de 2021 apenas com a CoronaVac. Dimas Covas apresentou os ofícios encaminhados ao governo federal, a partir de julho, com ofertas de vacinas.

“No mínimo 130 milhões de vacinas – 60 milhões do Butantan e outras 70 milhões da Pfizer –, foram tiradas dos braços dos brasileiros, porque Bolsonaro recusou comprar vacinas contra a Covid-19 no ano passado”, desabafou Rogério Carvalho. “Mais cedo ou mais tarde, Bolsonaro vai ter que responder por quais motivos ele não quis comprar vacina para os brasileiros”, diz Humberto.

A revelação deixou parlamentares inquietos e indignados na CPI. “Quantas vidas poderíamos ter salvo se a vacinação tivesse iniciado em dezembro no Brasil? A responsabilidade dessa omissão e do projeto de genocídio do povo brasileiro é do governo federal e tem nome: Bolsonaro”, disse o líder da Minoria, Jean Paul Prates (PT-RN).

O esforço de blindagem do governo não está sendo alcançado porque os depoentes que

tentaram proteger Bolsonaro falharam miseravelmente. Depois de Eduardo Pazuello – que foi reconvocato e terá novamente de prestar novo depoimento – outra colaboradora do bolsonarismo até tentou livrar a cara do presidente. Em vão. Na terça-feira, 25, a secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro, prestou um depoimento repleto de contradições. Apelidada de Capitã Cloroquina pela imprensa, Mayra confirmou que atuou em defesa

A CPI SABE AGORA QUE O PALÁCIO DO PLANALTO ATRASOU DE PROPÓSITO A ASSINATURA DO CONTRATO COM O BUTANTAN POR TRÊS MESES

do “tratamento precoce” e da tese da “imunidade de rebanho”, deixando a população brasileira exposta ao vírus da Covid-19.

Durante o depoimento, ela ainda desmentiu o ex-ministro Eduardo Pazuello ao apontar que o aplicativo TrateCov não foi hackeado, como havia dito o general à CPI. Sobre uso da cloroquina, apesar de defender a existência de estudos comprovando a eficácia da droga, ela foi desmentida por Otto Alencar (PSD-BA), que é médico. O senador disse que

a cloroquina “não é antiviral em estudo sério nenhum do mundo”.

Neste semana, a CPI vai tomar novos depoimentos que prometem desvelar o funcionamento do governo. Além de Pazuello e do ministro Marcelo Queiroga, outros integrantes do chamado “Ministério Paralelo da Saúde”, que teriam sugerido a Bolsonaro adotar as teses da imunidade de rebanho e a defesa de medicamento ineficazes do “kit covid”, como a cloroquina, também serão ouvidos pela comissão. Nesta terça-feira, 1º de junho, a médica Nise Hitomi Yamaguchi vai depor. Ela é defensora do medicamento para a Covid, apesar da ineficácia.

Mas também serão ouvidos especialistas, como Clóvis Arns da Cunha, professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, além da médica Zeliete Zambom, presidente da Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade.

A CPI aprovou ainda a convocação do ex-assessor da Presidência Arthur Weintraub, do assessor para assuntos internacionais da Presidência, Felipe Martins, e do empresário Carlos Wizard. Todos são defensores de medidas polêmicas e são apontados como alguns dos conselheiros de Bolsonaro que resultaram na condução desastrosa da pandemia, que deve piorar nas próximas semanas.

O cenário que se desenha é devastador, de acordo com especialistas, que apontam para uma tempestade perfeita no horizonte: vacinação em baixa, platô alto de infecções e óbitos, sistema de saúde em colapso e a circulação de novas variantes, como a cepa indiana, já detectada em território nacional pela ineficiência do governo em controlar fronteiras. A terceira onda chegou, anuncia o neurocientista Miguel Nicolelis. “Nós já estamos na terceira onda, já temos os indícios”, alerta. •

BRASIL PERDE DOIS GIGANTES: NELSON SARGENTO E PAULO MENDES DA ROCHA

O Brasil e a cultura nacional perderam dois gigantes. Na quinta-feira, 27, morreu aos 96 anos, o cantor e compositor Nelson Sargento - um dos grandes sambistas da música popular brasileira. O sambista estava internado desde 22 de maio no Instituto Nacional de Câncer, no Rio. Ele foi internado com quadro de desidratação e anorexia. Um dos grandes mestres do samba, Sargento foi artista plástico, ator, escritor e durante toda sua vida lutou muito por um mundo melhor.

Em nota, o PT lamentou a morte do sambista: "Defensor da cultura popular, da democracia, dos direitos humanos e sempre combatendo as desigualdades, Sargento também sempre esteve ao lado da luta dos trabalhadores, pela democracia e pela liberdade e os direitos políticos do presidente Lula".

No domingo, 23 de maio, morreu Paulo Mendes da Rocha, um dos grandes mestres da arquitetura brasileira, aos 92 anos. Ele estava internado em São Paulo. Em 2006, tornou-se o segundo arquiteto brasileiro - depois de Oscar Niemeyer, em 1988 - a vencer o Pritzker, o "Nobel da Arquitetura", da Fundação Hyatt, americana.

Em atividade desde 1955, foi "descoberto" pelo mundo quatro décadas mais tarde, quando as imagens da Pinacoteca do Estado e do Museu Brasileiro da Escultura e Ecologia (MuBE) circularam em revistas estrangeiras. •

FORA BOLSONARO



TODOS À RUA CONTRA O GOVERNO

Organizações da sociedade civil convocam protestos contra Bolsonaro em todas as capitais e principais cidades brasileiras. É hora de dar um basta ao presidente genocida e defender o auxílio de R\$ 600

Organizações da sociedade civil, incluindo entidades estudantis e de trabalhadores - e até torcidas organizadas - convocaram para protestos por todo o país contra o governo Bolsonaro no sábado. É o #29M. O ato presencial ocorre com manifestações de rua em todos os estados. Mais de 100 organizações reunidas nas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo estão convocando os atos sugerindo medidas de precaução para evitar riscos de contaminação. Até mesmo um "guia de cuidados" para quem for à manifestação circula nas redes sociais.

Com vários itens, a pauta do chamado #29M tem como palavra de ordem o "fora Bolsonaro". Os manifestantes defendem o auxílio emergencial de R\$ 600, tema de ato organizado por centrais sindicais e movimentos em Brasília na quarta-feira, 26, e vacinação em massa. Também há o apoio aos trabalhos da CPI da Covid no Senado. A agenda de protestos contra o desemprego, cortes de verbas na educação,

privatizações - especialmente da Eletrobrás -, além de um rechaço à reforma administrativa.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) aprovou convocação para a manifestação #29M, em um dia de protesto contra cortes de recursos no setor de educação. A entidade, inclusive, publicou documento listando 10 motivos para participar. "Ocuparemos as ruas, com todas as medidas sanitárias necessárias, para denunciar os ataques do governo Bolsonaro à educação pública e sua política da morte", diz a vice-presidenta da UNE, Éli-da Elena.

O ex-ministro e ex-prefeito Fernando Haddad (PT) também defende o #29M, afirmando que "o povo vai retomar, nas ruas, as rédeas do país". "Podem ter certeza que o Brasil está esperando sair às ruas com segurança. E não vai ser pequena a manifestação", declarou. "Não estou falando apenas da próxima. Temos um ano e meio até a eleição. Este país vai tomar as ruas para virar esta página". •

A FOME VOLTA A ASSOMBRAR O BRASIL

Sob a negligência de Bolsonaro e do pinochetista Paulo Guedes, o desemprego bate recordes – 14,7% no 1º trimestre de 2021 – e já atinge 14,8 milhões de pessoas. Desde o Golpe de 2016, o mínimo passou a ser reajustado apenas pela inflação

Por Elvino Bohn Gass *

Mais uma façanha do governo genocida de Jair Bolsonaro: a fome e a miséria voltaram ao Brasil com toda a força. Já são 80 milhões de brasileiros na pobreza e na miséria e 120 milhões de subalimentados, o que levou o Brasil de novo ao Mapa Mundial da Fome, do qual tinha saído com os governos Lula e Dilma.

O ultraliberalismo do atual governo – que privilegia bancos, o capital estrangeiro e milionários – provoca sofrimento profundo na vida da população brasileira. Hoje, 44% da população já não está comendo carne e 41% eliminou as frutas do cardápio por falta de dinheiro.

Querem culpar a pandemia, mas a verdade é que a chegada da fome e da miséria começou com o Golpe de 2016 e foi aprofundada com este governo, com a visão de que “o mercado resolve tudo”. Resolve sim, mas a seu favor, para explodir a margem de lucro e aumentar os preços absurdamente enquanto se cortam todos os direitos sociais e econômicos do povo.

Sob a negligência de Bolsonaro e de seu ministro pinochetista da Economia, Paulo Guedes, o desemprego bate recordes – 14,7% no 1º trimestre de 2021

– e já atinge 14,8 milhões de pessoas. Entre as mulheres, este índice é ainda pior: 17,9%. Some-se o número de desalentados

O BRASIL SÓ TERÁ FUTURO COM UM GOVERNO QUE DEFENDA OS INTERESSES NACIONAIS, A JUSTIÇA SOCIAL E A DEFESA DO EMPREGO E RENDA

ou subempregados, e se terá um contingente de dezenas de milhões sem renda mínima. A consequência disso é a fome.

Com Lula e Dilma, o Brasil saiu do Mapa da Fome com a implementação de políticas públicas que tornaram o país referência mundial em termos de Justiça Social. Havia ações pontuais, mas tudo como parte de um projeto maior que tirou 40 milhões de

brasileiros da linha da pobreza, para onde agora voltam, junto com o empobrecimento geral da classe média.

O governo militar de Bolsonaro despreza a vida não apenas no genocídio em curso com a negligência em relação ao combate à pandemia de Covid-19, mas também nas decisões econômicas como o abandono da política de valorização do salário mínimo que era adotada por Lula e Dilma. Desde o golpe, o mínimo passou a ser reajustado apenas pela inflação. Importante lembrar: o salário mínimo impacta toda a economia, estimulando o comércio, a indústria, a geração de empregos – a vida, portanto.

O Brasil só terá futuro com um governo que defenda os interesses nacionais, o meio ambiente e a geração de emprego e renda com Justiça Social. A crise econômica e social é gerada hoje no Palácio do Planalto, com um governo elitista, antipopular e antinacional cuja meta central é destruir todas as conquistas civilizatórias do povo brasileiro, inclusive as trabalhistas e previdenciárias. Enquanto não mudarmos o governo, a saída é voltar o auxílio emergencial de R\$ 600, incluindo os 30 milhões de pessoas que o governo retirou do benefício. E vacina já para todo o povo! •

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

DE NOVO, O RISCO DE APAGÃO

Nem nos Estados Unidos, o setor de energia está nas mãos da iniciativa privada. Venda da Eletrobrás, herança maldita do Golpe de 2016, fere a soberania e torna o Brasil vulnerável. Senado examina projeto



A

venda da Eletrobrás, herança maldita do Golpe de 2016, quando Dilma Rousseff foi retirada da Presidência da República por um impeachment fraudulento, é um crime contra o país e os interesses nacionais. A entrega do setor a investidores privados, tentada por Michel Temer e, agora, por Jair Bolsonaro, não é adotada nem nos Estados Unidos ou no Canadá, que preservam nas mãos dos Estado o controle da produção, planejamento e gestão do sistema de energia.

“Está em curso mais um crime contra o povo brasileiro e o futuro do nosso país. O alvo da vez é a Eletrobrás, que Bolsonaro quer vender a preço de banana, colocando em risco a soberania e a segurança energética do Brasil”, adverte o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto será examinado pelo Senado.

“Se esse crime não for evitado, a privatização da Eletrobrás vai também elevar consideravelmente as tarifas de energia, levando a conta de luz a fazer companhia aos preços abusivos do gás de cozinha, da carne e dos demais alimentos, que não param de subir”, denuncia Lula.

A ex-presidenta Dilma Rousseff também condena a iniciativa. “É preciso lembrar. No final do governo FHC, ao se iniciar a privatização da Eletrobrás, ocorreu uma forte redução de investimentos em novas usinas hidrelétricas e termelétricas, e ainda em em novas linhas de transmissão”, critica. “A consequência foi o imenso prejuízo sofrido pela população e pela economia do país com os ‘apagões’ que atingiram todas as regiões, exceto o Sul e, o terrível racionamento em consequência”.

Cerca de 60% dos ativos de energia elétrica no Brasil já foram privatizados. No segmento de transmissão, 85% das linhas são operadas por empresas privadas. Mesmo com este elevado grau de participação da iniciativa privada no setor, os planos de desinvestimento levados à cabo desde o Golpe de 2016 têm especial incidência no setor de energia.

Das 31 empresas subsidiárias privatizadas, 21 pertencem ao

60% DOS ATIVOS DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL JÁ FORAM PRIVATIZADOS. NA TRANSMISSÃO, 85% DAS LINHAS ESTÃO EM MÃOS PRIVADAS

setor energético, sendo oito ligadas ao sistema Petrobrás e 13 à Eletrobrás. Desde o golpe, foram vendidas a Amazonas Distribuidora de Energia (AM), Boa Vista Energia (RR), Eletroacre (AC), Cepisa (PI), Ceal (AL), Ceron (RO) e Celg-D (GO). Também privatizaram as usinas hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda, Volta Grande, localizadas em Minas Gerais e Goiás.

O governo Bolsonaro pretende viabilizar a venda da Eletrobras ainda em 2021. Trata-se de

um crime contra o país porque fere os interesses nacionais e deixa o país vulnerável. Equivale a transferir para as mãos privadas a principal responsável pela geração de energia e pelo investimento do setor no Brasil, com as subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e metade de Itaipu.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o maior operador de energia hidrelétrica é o Corpo de Engenheiros do Exército, que controla barragens como John Day, The Dalles e Bonneville, todas no rio Columbia. O segundo maior produtor de energia hidrelétrica nos EUA é o United States Bureau of Reclamation, uma agência federal que responde ao Departamento do Interior.

A opção pela venda do setor elétrico é um erro grave. O parque gerador da Eletrobrás compõe-se de 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas convencionais a óleo, carvão e gás natural, 62 centrais eólicas, uma central fotovoltaica e 2 usinas nucleares. A capacidade instalada desse parque é de 51.143 MW, o que a torna a maior geradora de energia elétrica da América Latina.

Mais de 70% da eletricidade consumida no Brasil vêm de usinas hidrelétricas, e a geração de energia é apenas uma das utilidades dos reservatórios, ao lado do abastecimento de água, da regularização dos rios e da irrigação etc. No mundo, Canadá, Noruega, Suécia, Venezuela e Brasil são os únicos países em que a energia hidráulica é a principal fonte primária para a geração de energia elétrica. Em todos, a operação é feita por estatais. Se a Eletrobrás for privatizada, o Brasil será o único país a vender as suas hidrelétricas.

O DESMONTE DO SISTEMA ELÉTRICO

A tentativa do governo Bolsonaro de privatizar a Eletrobrás - anunciada aos quatro ventos pelo ministro Paulo Guedes ainda em 2019 - é similar a que ocorreu nos anos 1990 e que culminou na crise energética e no apagão de 2001. O atual presidente Wilson Ferreira Júnior diz que a Eletrobrás não é eficiente em nenhuma das suas operações. Uma declaração tão forte obviamente não reflete as mudanças positivas da companhia nos últimos anos, mas apenas legitima a nova "velha" estratégia em curso.

A atual crise, aliada ao alto endividamento da empresa - motivada em grande medida pelo pagamento de juros ao próprio governo federal - e a manutenção das tarifas a patamares relativamente baixos fragilizaram as condições da Eletrobrás. Com isso, sua dívida líquida de R\$ 18,3

bilhões supera em mais de oito vezes sua geração de caixa. No entanto, o que se observa até o momento é a repetição da estratégia de desmonte como fica claro no Plano Diretor de Negócios e Gestão (2017-2021) apresentado pela empresa.

Novamente, o objetivo é fragmentar o sistema de energia e iniciar um amplo processo de privatização. Por isso, a primeira medida tomada a partir do Golpe de 2016 foi justamente acabar com as seis distribuidoras estaduais, incluindo-as no Programa de Parcerias e Investimentos. Nesse mesmo compasso, a empresa reduziu em 29% seus investimentos, de R\$ 50,3 bilhões para R\$ 35,8 bilhões.

Além disso, a empresa tem negociado as participações minoritárias da estatal. Atualmente, são 178 participações diretas e indiretas em companhias do setor, como nas usinas de Belo Monte, Jirau e Teles Pires. O objetivo é levantar algo em torno de R\$ 20

bilhões. Ademais, os acionistas da estatal aprovaram a venda de participação (51%) da Celg Distribuição.

A Eletrobrás estabeleceu a privatização, a reestruturação dos negócios e a governança corporativa como prioridades estratégicas. A ideia é circunscrever as atividades da empresa apenas na geração e transmissão de energia. As distribuidoras foram colocadas à venda e a administração dos fundos setoriais, que movimentam cerca de R\$ 30 bilhões, passou a ser feita, definitivamente, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), retirando da estatal a função de financiadora setorial.

Mais ainda, a empresa busca enxugar em 25% seu quadro de funcionários e elabora um plano de incentivo à aposentadoria para reduzir, no médio prazo, ainda mais o seu tamanho. Esse processo tem sido acompanhado também pela venda dos ativos imobiliários da empresa.



O DESMANCHE DOS PROGRAMAS

A política de desmanche da Eletrobrás implementada pelo governo Bolsonaro coloca em questão a eficiência de todo o setor de energia elétrica. A atual gestão da Eletrobrás decidiu que a estatal não tem mais obrigação em investir e manter o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos), nem de manter o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), o maior centro de pesquisas de energia elétrica da América do Sul.

Criado em 2003 pelo presidente Lula, o programa Luz para Todos atendeu 16,8 milhões de pessoas, que passaram a ter acesso à energia elétrica em regiões até então sem cobertura desse serviço público essencial. Além do acesso à energia, o programa movimentou a economia e gerou quase 500 mil empregos diretos e indiretos, ao utilizar 7,9 milhões de postes, 1,15 milhão de transformadores e 1,5 milhão de quilômetros de cabos elétricos – o suficiente para dar 38 voltas ao redor da Terra. Além do impulso ao setor de materiais elétricos, o programa beneficiou também a indústria e o comércio de eletrodomésticos, entre outros.

Tudo isso pode virar pó, pois o texto do novo estatuto da Eletrobrás estabelece que, se a União determinar investimentos em programas de governo, ela deverá ser ressarcida pelos cofres públicos. Além de extinguir o Luz para Todos, esta decisão afronta o artigo 173 da Constituição, que estabelece que os interesses coletivos e sociais são funções primárias de empresas estatais.

O Cepel atua há mais de 45 anos em vários temas estratégicos

para o país como energias renováveis, eficiência energética e novas tecnologias, atendendo as empresas do sistema Eletrobrás e do setor elétrico nacional. O centro trabalha em parceria com universidades, desenvolvendo recursos humanos qualificados em toda cadeia produtiva do setor elétrico.

O Cepel é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituído sob a forma de associação civil. Aproximadamente 80% de seus recursos são provenientes das fundadoras do

DESMANCHE DA ELETROBRÁS VAI COLOCAR EM RISCO TODO O SETOR E PROGRAMAS COMO LUZ PARA TODOS, PROCEL E PODE SIGNIFICAR O FIM DA CEPEL

centro, a Eletrobrás e suas quatro controladas – Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul – e o restante oriundo de outras empresas associadas e de ensaios laboratoriais, projetos de pesquisa e serviços tecnológicos prestados a agentes do setor elétrico.

O desmonte da Eletrobrás visando a privatização da empresa é visto com preocupação pelos pesquisadores do Cepel, pois o centro é responsável pelo desenvolvimento de softwares que controlam a distribuição de ener-

gia em todo o país. Como o Brasil tem um dos maiores sistemas de energia interligado do mundo, é o equilíbrio da distribuição que permite atender todo o território nacional, já que os grandes centros do país ficam, em sua maioria, distantes das principais fontes de geração de energia, tanto hidrelétrica quanto eólica.

Outra área importante em que o Cepel atua é a do desenvolvimento com ensaios para a indústria em geral e para o setor elétrico. O centro faz testes com grandes transformadores de energia, para dar maior confiabilidade às estações de energia e linhas de transmissão, evitando perdas, para que as tarifas sejam menores. Segundo engenheiros da Eletrobrás, se um sistema de monitoramento do tipo desenvolvido pelo Cepel estivesse instalado nos transformadores da subestação do Amapá, o apagão de 22 dias poderia ter sido evitado.

Criado em 1985 pelo governo federal e executado pela Eletrobrás, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) é voltado para o aumento da eficiência de equipamentos e serviços, para a disseminação de conhecimento sobre o uso eficiente da energia e para a adoção de hábitos de consumo mais conscientes.

O selo Procel de eficiência, encontrado em eletrodomésticos vendidos no mercado, é a face mais conhecida deste programa que contribui para postergar investimentos no setor elétrico, reduzir emissões de gases de efeito estufa e mitigar impactos ambientais, colaborando para um mundo mais sustentável.

O Procel também está sob ameaça a partir das alterações propostas para o estatuto da Eletrobrás. Ao desobrigar a empresa de investir no programa, perdem o setor elétrico, os consumidores e o meio ambiente. •

BANCADA DO PT NO SENADO CONDENA VENDA DA ELETROBRÁS

Jean Paul Prates diz que privatização vai aumentar o valor das tarifas de energia para os consumidores e lembra o apagão ocorrido no Amapá no ano passado, quando empresa privada deixou o estado no escuro durante 22 dias

Carlos Pontes/Instagram

Com a privatização da Eletrobras, o governo Bolsonaro prepara para o povo brasileiro um “indigesto jantar à luz de velas”. Após ser aprovada na Câmara dos Deputados, com voto contrário de toda a bancada do PT, a medida provisória que permitirá a venda da estatal foi enviada ao Senado para discussão e votação. O senador Jean Paul Prates (PT-RN) condena a iniciativa.

“Faz tempo que venho alertando para o desarranjo que este governo está armando no setor elétrico, insistindo em aprovar por medida provisória um roteiro para a privatização da Eletrobras”, aponta. “E em plena pandemia, destaque-se. Mas o governo Bolsonaro, quando não está atirando as pessoas à contaminação pelo coronavírus, só pensa em torrar patrimônio público a preços vis”.

O modelo de desestatização prevê a venda de novas ações no mercado sem a participação da empresa, resultando na perda do controle acionário de voto mantido atualmente pela União. Jean Paul anunciou que, se depender da bancada do PT no Senado, a MP não será aprovada. Ele diz que a privatização vai provocar, de maneira inevitável, o aumento dos preços da energia elétrica para os consumidores.

“É isso que acontece quando se entrega um serviço essencial à lógica privada, que visa o lu-



cro e não o atendimento de uma necessidade básica de todos”, denuncia. “Como senador da República, vou trabalhar sem descanso para derrubar esse ataque à nossa soberania, quando a MP da privatização da Eletrobras for apreciada no Senado.

Ele lembra o que ocorreu no Amapá, quando 750 mil pessoas ficaram sem energia elétrica por 22 dias, resultado de um apagão causado pela empresa privatizada que fornece energia ao estado. A companhia espanhola Isolux, que operava na região, havia entrado

em recuperação judicial em 2016. Depois desse processo, a empresa mudou de nome e passou a atuar como Gemini Energy, sendo a responsável, desde janeiro de 2020, por 85,04% das linhas de transmissão da subestação em que houve o problema com o transformador, enquanto 14,96% ficam a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

A apagão chamou a atenção do país para as contradições do modelo privatizante, constantemente associado por adeptos

do neoliberalismo como Paulo Guedes a uma gestão mais eficiente das empresas. No entanto, as privatizações no setor elétrico têm resultado em apagões sistemáticos, como ocorreu no início da década de 2000 e se repete atualmente.

Jean Paul destacou ainda que pelo balanço da Eletrobrás referente ao ano de 2020, a empresa registrou um lucro líquido de R\$ 6,4 bilhões, mesmo com os efeitos provocados pela crise econômica e pela pandemia. “Qual é o sentido de botar à venda, numa conjuntura tão desfavorável, uma empresa estratégica e lucrativa, que registra nível de endividamento mínimo e resultados operacionais de excelência?”, indaga.

“Qual o sentido de entregar a capacidade do Estado de fazer a energia chegar onde é necessária – e não apenas onde a operação dá lucro – numa hora dessas?”, questionou o parlamentar. Ele lembra que a Eletrobras vem cumprindo tão bem o seu papel que um dos exemplos de resultado operacional da estatal é justamente o socorro à empresa privada que promoveu o apagão do Amapá.

A empresa privada do Amapá custou R\$ 80 milhões aos cofres públicos, repassados pela Conta de Desenvolvimento Energético para bancar a isenção de tarifas aos consumidores lesados pela interrupção do fornecimento de energia. “Um caso exemplar de como uma privatização mal feita acaba sendo paga mais de uma vez pelo povo: dá prejuízo quando se vende um ativo estratégico e lucrativo a preço de banana e outro prejuízo quando o dinheiro público tem que socorrer a empresa privatizada que esconjura o Estado quando está lucrando, mas corre para pedir socorro a esse mesmo Estado quando enfrenta uma crise”, destaca. •



Alessandro Dantas

OPOSIÇÃO QUER DEBATE AMPLO SOBRE VENDA DA ESTATAL A PREÇO DE BANANA

O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PT-PA), apresentou requerimento para debater a MP 1031, que capitaliza a Eletrobras. O pedido já tem a quantidade mínima de assinaturas e deve ser apreciado no plenário do Senado. A proposta da oposição é uma sessão de debates temáticos com sugestão de pelo menos 17 convidados, a maior parte de associações de defesa do consumidor, sindicatos e pesquisadores do setor.

“Estamos diante de mais um caso em que o governo se aproveita da pandemia para, às escondidas, entregar o patrimônio público a preço de banana”, denuncia o líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN). “Não vamos aceitar que vendam facilmente nossas empresas públicas. Nossa luta é grande, mas precisamos nos unir e persistir

na defesa do patrimônio brasileiro e dos serviços públicos”.

Além do debate, o requerimento faz parte também de estratégia dos senadores para tentar atrasar a tramitação do texto. Com 27 assinaturas até o momento, o requerimento deve ser pautado nos próximos dias pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e há grandes chances de aprovação.

A falta de debate sobre o tema tem sido a principal reclamação da oposição sobre a velocidade em que a medida provisória tem ganhado. Na Câmara, deputados da oposição chegaram a levar ao Supremo Tribunal Federal (STF), sem sucesso, tentativas para adiar o andamento da medida provisória e reverter a ausência da comissão especial, instrumento de discussão da matéria.

ABAIXO

A
EDUCAÇÃO

GOLPE DE 2016

**A SANHA
DESTRUIDORA
CONTRA O ENSINO**

UFRJ

Bolsonaro avança para desmontar o sistema público de ensino e entregá-lo às forças do mercado. Governo estrangula recursos e compromete o funcionamento de universidades

Prioridade à educação foi uma constante nos 13 anos do PT no governo. Regida pela visão de que educação democrática e de qualidade é direito de todo cidadão e potencializa o acesso à cultura, a produção de ciência e tecnologia e o desenvolvimento do país, a política educacional foi transformada. Um novo padrão de financiamento foi construído, a cooperação federativa foi aprimorada e foi adotado um conjunto articulado e integrado de ações, para assegurar acesso, permanência e qualidade, desde a creche até a pós-graduação, conformando uma efetiva agenda instituinte do Sistema Nacional de Educação.

A partir do Golpe de 2016, com a derrubada de Dilma Rousseff por meio do impeachment sem crime de responsabilidade, todas as conquistas na educação foram atacadas. Algumas já foram destruídas, a partir de uma política volta à entrega da educação pública às forças de mercado que disputam fundos públicos, reduzindo e comprometendo o financiamento à educação pública. As medidas ultraconservadoras do governo Bolsonaro visam a implantação de uma política educacional autoritária, que subtrai o direito dos estudantes ao conhecimento, fortalece preconceitos e a exclusão.

A emenda constitucional que congela os gastos públicos, a famigerada EC 95, aprovada apenas nove meses após o golpe, inviabilizou a continuidade da ampliação do financiamento à educação, diretriz dos governos do PT. Em apenas cinco anos, acumulam-se 6% de perdas reais. A perda deverá ser ainda maior, devido ao for-

te contingenciamento anunciado para 2021 por Bolsonaro.

Além dos efeitos imediatos sobre o orçamento do Ministério da Educação, o teto dos gastos tem impacto mortal sobre o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado no governo Dilma, sem quaisquer vetos. O congelamento dos investimentos inviabiliza o alcance

O TETO DOS GASTOS JÁ IMPÔS PERDAS REAIS DE 6% NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO DESDE O GOLPE DE 2016, QUANDO DILMA FOI DERRUBADA

da meta 20 do PNE, de elevar o investimento da educação para 10% do PIB até 2024.

Sem elevação no investimento em educação pactuado no plano, praticamente todas as demais metas estão comprometidas. Isto porque a universalização do acesso e a elevação da qualidade requerem a expansão e a melhoria da oferta pública e gratuita de educação, além da valorização dos profissionais do ensino. O

teto dos gastos públicos inviabiliza o PNE e todo o esforço democrático e participativo mobilizado desde sua construção.

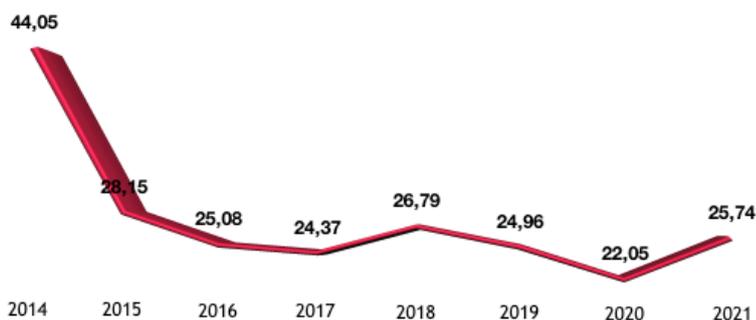
A redução continuada do orçamento do MEC coloca em xeque o apoio federal à educação básica. Mesmo com a aprovação do Fundeb Permanente em 2020, que ampliou a complementação devida a estados e municípios contra a vontade do Palácio do Planalto, os programas de fomento a estados e municípios foram brutalmente afetados. Estão neste grupo ações como o Dinheiro Direto na Escola, transporte escolar, alimentação escolar, Programa Nacional do Livro Didático, Programa de Ações Articuladas (Par), Brasil Carinhoso, entre outros.

O orçamento do Fundo Nacional para o Desenvolvimento para a Educação (FNDE), responsável pela execução desses programas, acumulou redução de 41% entre 2014 e 2021, o que será aprofundado com o contingenciamento para este ano. Cabe lembrar ainda que a queda nos investimentos federais na educação básica foi parcialmente amortecida pela alocação de emendas parlamentares, cuja execução tornou-se obrigatória. Apesar de esta estratégia diminuir o subfinanciamento, ela torna instáveis os recursos repassados para a educação básica e submete potencialmente sua execução a critérios clientelistas.

Vale lembrar ainda que programas como o Pronatec e o Ciências sem Fronteiras, que tantas oportunidades de formação profissional e desenvolvimento acadêmico ofereceram aos jovens brasileiros, foram extintos já a partir de 2016, sob o argumento de restrições fiscais.

Evolução do Orçamento do FNDE*

Em R\$ bilhões de janeiro de 2021



Fonte: Câmara dos Deputados. Execução Orçamentária da União.

Organizado por Nelson C. Amaral.

Para 2014 a 2020 - recursos liquidados; para 2021 - LOA.

* Deflator utilizado: IPCA médio.

Desvalorização dos profissionais da educação

Os governos Temer e Bolsonaro foram coerentes – não priorizaram a educação e não valorizam os profissionais da educação. Ameaças antidemocráticas, como a criação de canal de denúncia contra professores que atentem contra “a moral, a religião e a ética da família” e projetos como a Escola sem Partido tornaram-se usuais na guerra ideológica contra os profissionais da educação. E medidas objetivas resultaram em fragilização da relação de trabalho dos professores.

Em 2017, Temer sancionou a Lei da Terceirização (Lei 13.429), permitindo que setores público e privado possam terceirizar trabalhadores inclusive nas atividades fim das empresas. No sistema educacional, isso significa que as escolas não precisam mais manter vínculos celetistas com professores, podendo contratá-los como pessoa jurídica ou por meio de cooperativas.

Ademais, com a reforma trabalhista, contratos de trabalho intermitentes e em tempo parcial se disseminaram. Desde então, notícias e denúncias sobre demissão massivas em escolas privadas, com recon-

tratação usando estes artifícios, têm crescido. No setor público, além de facilitar o processo de administração de escolas por organizações sociais, o preenchimento de cargos vagos por aposentadoria por meio destes contratos também começa a se tornar realidade.

Como contrapartida ao apoio a estados e municípios durante a pandemia, o governo Bolsonaro cobrou elevado preço dos servidores públicos, professores incluídos. Proibiu contratações, congelou salários, adicionais de tempo e benefícios dos servidores públicos até 31 de dezembro de 2021 (Lei Complementar 173/2020). No caso dos servidores federais, as regras restritivas foram criadas com a aprovação da Emenda Constitucional 109, de 2021, que proíbe contratações e aumento de remuneração quando as despesas do governo chegarem a 95%. Vale lembrar que essas medidas também são aplicáveis a estados e municípios.

O piso salarial nacional para os profissionais do magistério público também foi atacado. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha se pronunciado pela constitucionalidade da lei do piso, o governo Bolsonaro ado-

udou um artifício que zerou o reajuste em 2021 – rebaixou o custo aluno per capita do Fundeb em 2020. Com isso, pela primeira vez desde sua instituição, o piso do magistério não teve reajuste, com prejuízos para a qualidade de vida dos profissionais e para o processo de valorização da remuneração dos professores.

Cabe destacar ainda que a proposta de reforma administrativa, caso venha a prosperar, impactará fortemente os serviços públicos de saúde e educação, áreas formadas majoritariamente por mulheres e com salários já bastante restritos. A educação é, ainda, uma área que luta pelo cumprimento de um piso mínimo que não chega a três salários mínimos (quando o desafio seria a equiparação salarial com outras categorias que exigem formação equivalente), sem falar nas péssimas condições de trabalho e reconhecimento social.

Contra reformas e retrocessos

A partir do golpe, houve uma escalada de medidas regressivas, autoritárias e excludentes. Uma verdadeira guerra ideológica contra a educação, na qual algumas medidas prosperaram e outras permanecem como ameaças à espera do momento político adequado para vingarem.

Em 2017, Temer patrocinou uma reforma no Ensino Médio (Lei 13.415) com uma concepção de educação básica totalmente distinta da inscrita no Plano Nacional de Educação. Embora tenha havido aumento da carga horária do ensino médio, a lei sancionada desvincula a formação técnica e profissional da educação básica, adotando cinco itinerários formativos que criam equivalências indevidas entre as áreas do conhecimento. Ademais, estes itinerários dificilmente serão ofe-

recidos, uma vez que em quase 3 mil municípios (53% do total) possuem somente uma escola de ensino médio regular.

Ademais, a reforma permite que profissionais com notório saber, sem a devida formação, ministrem aulas de formação técnica e profissional. Desvalorizando as licenciaturas, a lei autoriza que profissionais graduados que tenham realizado complementação pedagógica ministrem aulas de disciplinas do ensino médio. Propicia também a formação técnica e profissional seja oferecida fora da rede pública, transferindo recursos públicos à oferta privada.

Em suma, uma reforma com baixo potencial de assegurar o direito ao ensino médio para os jovens, mas com alta probabilidade de precarizar e privatizar o processo de aprendizagem, visando, em verdade, atender os interesses do mercado. Um caminho muito distante da proposta de educação integral contida, até então, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o direito ao conhecimento científico, tecnológico, o acesso à filosofia e à arte.

A desestruturação do MEC

No segundo dia do governo Bolsonaro, foi realizada uma mudança na estrutura funcional do MEC (Decreto 9.665/2019), explicitando a diretriz de menos inclusão e mais ideologia que é marca da gestão do ministério desde então. Houve a extinção da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Houve também a criação de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, no âmbito da Secretaria de Educação Básica, com o objetivo de induzir a militarização das escolas.

Foi dado início também a uma sucessão de medidas para fomentar a perseguição aos educadores, orientada à caça a fantasmas como “marxismo cultural”, “ideologia de gênero”, “letramento”, entre outros. Exemplar deste tipo de ação foi a comissão instituída no INEP (Portaria 244/2019) para intervir na montagem das provas do ENEM, que resultou, por exemplo, na ausência de qualquer menção à população LGBTQI+ e à ditadura desde a implantação deste exame.

A militarização das escolas

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Decreto 10.004/2019) explicita a visão do governo Bolsonaro sobre o processo educacional – proposta pedagógica e curricular subordinada à disciplina assegurada pela intervenção militar no ambiente escolar. Na prática, o programa consiste na contratação de militares da reserva das Forças Armadas, bem como de policiais e bombeiros militares, para que atuem “no apoio à gestão escolar e à gestão educacional”.

A proposta do governo Bolsonaro é implantar 216 escolas cívico-militares até 2023, selecionando 54 por ano, cabendo aos estados aderirem ao modelo. Cada escola receberia até R\$ 1 milhão para implementar o projeto. Em 2020, 53 escolas foram selecionadas e apenas Espírito Santo, Piauí e Sergipe não aderiram ao programa. Em 2021, foram selecionadas 74 escolas e apenas Amazonas, Piauí, Roraima e Sergipe não aderiram ao programa.

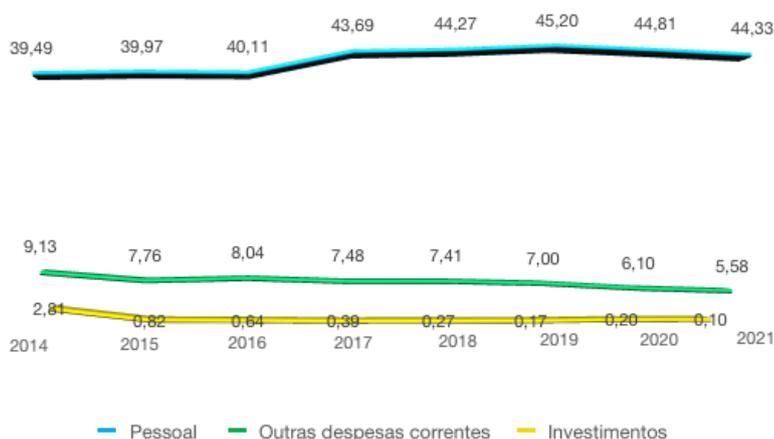
Tal iniciativa, entretanto, abriu e ampliou o espaço para a implantação do modelo em vários estados, incluindo processos seletivos de acesso às matrículas, cobrança de mensalidades e taxas e recrutamento dos profissionais da educação, violando explicitamente os princípios de universalidade, gratuidade e de gestão democrática inscritos na Constituição Federal.

O apoio à educação domiciliar

Bolsonaro escolheu a regulamentação da educação domiciliar como uma das prioridades para seus 100 primeiros dias de mandato. Para isto, enviou projeto de lei à Câmara dos Deputados (PL 2.401/2019), sob a justificativa de que a educação domiciliar

Evolução dos Recursos nas Universidades Federais*

Em R\$ bilhões de janeiro de 2021



Fonte: Câmara dos Deputados. Execução Orçamentária da União.

Organizado por Nelson C. Amaral.

Para 2014 a 2020 - recursos liquidados; para 2021 - LOA.

Deflator utilizado: IPCA médio.

deve ser opção das famílias, concepção que sua base ideológica apoia, como parte do movimento de desescolarização. Trata-se de um projeto que abre caminho para que grandes grupos privados que atuam na área educacional apoiem as famílias, por exemplo com material didático.

O projeto também é omissivo quanto à fiscalização do cumprimento de dias letivos e carga horária e quanto aos custos e tarefas da implantação da nova modalidade de ensino. Ancorado em uma concepção que desconsidera o direito inalienável da criança e do adolescente ao conhecimento por meio da educação, o PL 2.401/2019 é inconstitucional. Ele não avançou no Legislativo, mas persiste como uma ameaça ao sistema educacional brasileiro e ao direito das crianças e dos adolescentes.

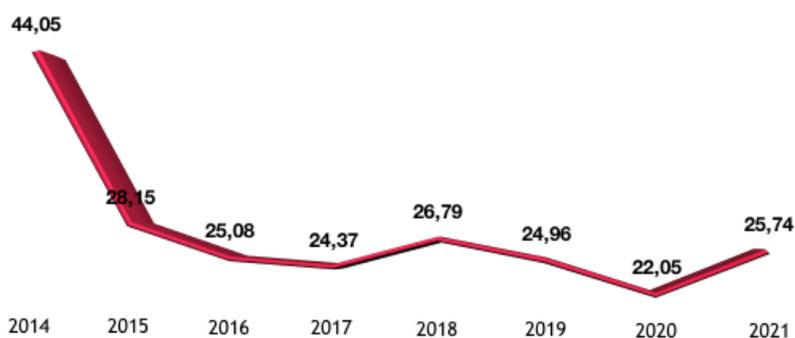
Vale destacar que este projeto se soma aos vários que tramitam no Legislativo brasileiro regulando a chamada Escola sem Partido, com o propósito de cercear a liberdade de ensinar e de aprender, censurar materiais didáticos e criminalizar professores. Os dois projetos se irmanam na negação da escola como espaço plural e diverso de convivência e colaboração, fundamental à aprendizagem e à interação social. Comungam uma visão autoritária e excludente do processo formativo, coerente com a concepção de educação proposta por Bolsonaro.

A tentativa de desmonte da política de educação inclusiva

Em outubro de 2020, Bolsonaro editou o Decreto 10.502, criando a Política Nacional de Educação Especial. Esta medida criava incentivos técnicos e financeiros para a criação de salas e escolas especiais para crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, como o autismo, e superdotação.

Evolução do Orçamento do FNDE*

Em R\$ bilhões de janeiro de 2021



Fonte: Câmara dos Deputados. Execução Orçamentária da União. Organizado por Nelson C. Amaral. Para 2014 a 2020 - recursos liquidados; para 2021 - LOA.

* Deflator utilizado: IPCA médio.

Ou seja, apoiava o retorno à política segregacionista em relação às crianças com deficiência.

Tratava-se de um imenso retrocesso em relação à política de educação inclusiva, criada em 2008, no governo Lula. O caráter discriminatório da medida foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu, em dezembro de 2020, os efeitos do decreto de Bolsonaro.

Vale lembrar que, o governo também atentou contra a educação das pessoas com deficiência ao permitir que, por falta de verbas, a TV INES saísse do ar. Tratava-se da única emissora do Brasil voltada para os surdos, transmitida por satélite e pelas redes sociais. A TV INES era referência entre a comunidade surda pelo conteúdo educativo e pela capacitação de professores e ensino à distância, fundamentais para ampliar a educação inclusiva.

O ataque continuado à rede federal de educação

Uma das marcas da política educacional dos governos do PT foi a expansão da rede federal de ensino, pesquisa e extensão, para democratizar o acesso ao ensino superior público e reduzir sua desigual distribuição no território nacional. Esta rede federal

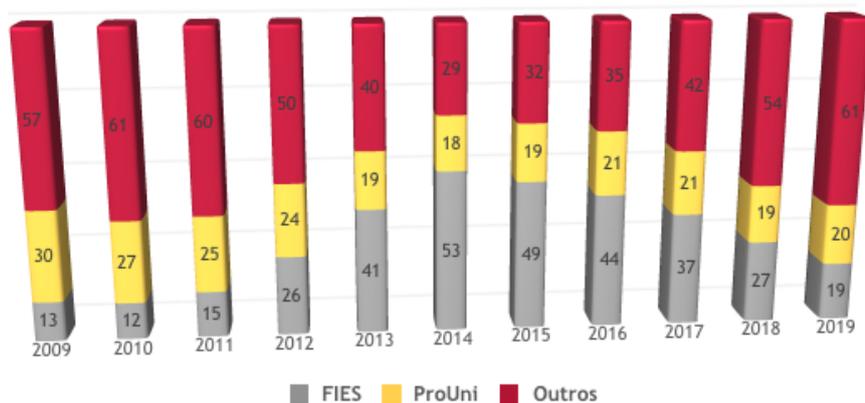
está sob ataque desde o golpe.

A autonomia universitária tem sido um dos alvos de Bolsonaro, que já editou duas medidas provisórias - as MPs 914/2019 e 979/2020 - com o propósito de alterar o processo de escolha de reitores. Ambas não prosperaram, sendo que a primeira perdeu validade por não ter sido voltada e a segunda, foi devolvida pelo Congresso. Apesar de não ter conseguido alterar o processo de escolha, em 40% das nomeações que realizou Bolsonaro não escolheu o primeiro da lista tríplice, desrespeitando a escolha da comunidade acadêmica, ao contrário da prática no período do PT.

Ressalte-se que, em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou sobre o tema, ao julgar uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pela OAB, afirmando ser constitucional a escolha de qualquer nome dentro da lista produzida pela comunidade acadêmica.

Um dos instrumentos deste ataque tem sido a redução de recursos para financiar esta rede. Até 2019, os gastos com pessoal ainda cresceram, devido a reajustes aprovados antes do governo Temer, a progressões na carreira

Distribuição das matrículas na rede privada de ensino superior segundo forma de financiamento



Fonte: Ministério da Educação. INEP – Censo do Ensino Superior.

e à substituição de aposentados. Em relação às despesas típicas de custeio (água, luz, internet, vigilância, limpeza, terceirizados, aquisição de material de consumo etc.) e aos investimentos na infraestrutura, o cenário é dramático já a partir do imediato pós-golpe.

No caso da rede de ensino superior, os recursos para despesas de custeio decresceram 39% em termos reais entre 2014 e a lei orçamentária de 2021, antes dos bloqueios anunciados em abril. Os recursos para investimento previstos para o ano corrente correspondem a 4% do que se investia em 2014 nas universidades federais. A situação dos institutos federais de educação tecnológica é crítica também – os recursos para custeio caíram 31% em termos reais e os investimentos em 2021 corresponderão a 1,4% do que se

investia em 2014.

Esta estratégia, intensificada no governo Bolsonaro, implica sucatear a infraestrutura física e de laboratórios e comprometer o funcionamento cotidiano das instituições. Dois movimentos com um único propósito – criar condições para a privatização ou até mesmo o fechamento das universidades públicas, com impactos sobre o acesso da população ao ensino superior, à produção de ciência e à formação continuada de profissionais da educação básica.

Com o Futuro-se, o governo Bolsonaro buscou dar mais um passo para a reforma empresarial da educação. Com a justificativa de fortalecer a autonomia financeira das universidades e institutos federais de educação, o programa propõe contratos de gestão entre a União e as Instituições Federais de Ensino

com Organizações Sociais (OS), além de medidas de fomento à captação de recursos próprios.

Apresentado em julho de 2019, o programa encontrou fortes resistências e a proposta foi submetida à consulta pública. Em 2020, o PL 3076 foi enviado ao Congresso, onde aguarda formação de comissão para apreciação conclusiva.

Interrupção do processo de inclusão no ensino superior

Expansão de vagas na rede federal, lei de cotas, Enem, SISU, ProUni e FIES foram políticas adotadas durante o período do PT para ampliar o acesso ao ensino superior. A partir do golpe este conjunto de ações se desequilibrou.

Em relação às universidades federais, o número de matrículas parou de crescer, devido às restrições orçamentárias enfrentadas por esta rede de ensino. No caso do FIES, as mudanças nas regras do programa implementadas no governo Temer tornaram o acesso ao financiamento muito mais restritivo, diminuindo fortemente a demanda.

No caso do ProUni, apesar de a oferta de bolsa não ter sido reduzida, os recursos para apoio à permanência dos estudantes em universidade foram, em 2020, 7% menores em termos reais que em 2015; em 2021, antes do bloqueio, o orçamento do Programa de Assistência ao Estudante do Ensino Superior é praticamente o mesmo de 2015.

Em decorrência, o acesso crescente de estudantes ao ensino superior desacelerou. Sem crescimento de vagas na rede pública e com a inserção no ensino privado dependendo cada vez mais de recursos próprios ou familiares, há, hoje, menos oportunidades para os jovens brasileiros, em especial os de baixa renda. •

NO CASO DO ENSINO SUPERIOR, OS RECURSOS PARA CUSTEIO CAÍRAM 39% ENTRE 2014 E O ORÇAMENTO DE 2021, ANTES DOS BLOQUEIOS



EMPREGO: HÁ FUTURO?

A renda básica de cidadania não pode ser concebida para solucionar problemas que são produto das características estruturais da economia e de sua inserção internacional, que produzem exclusão social e desemprego. São essas características que devem ser modificadas

Por Gerson Gomes

A pandemia da Covid-19 teve, no Brasil, a virtude de tornar visíveis, até mesmo para as autoridades econômicas do atual governo, os graves problemas de subutilização da força de trabalho e de extrema desigualdade. Mas, não as sensibilizou sobre a natureza e determinantes desses fenômenos. Os problemas de desigualdade na distribuição da renda e do desemprego e da informalidade requerem soluções mais profundas e abrangentes do que auxílios emergenciais ou medidas assistenciais permanentes, como a renda básica e suas variantes.

A desigualdade social e o desemprego não são problemas

conjunturais, são características estruturais da sociedade brasileira. Raros foram os períodos em que os indicadores de emprego e distribuição de renda mostraram melhoras significativas, como ocorreu entre 2004 e 2014. Mesmo esses avanços foram rapidamente revertidos nos anos seguintes, no marco do Golpe de 2016, da recessão e da adoção, a partir do final de 2016, de políticas pró-mercado antagônicas ao crescimento.

Os dados pré-pandemia são eloquentes. Em 2019, a taxa média de desemprego aberto foi de 11%, entre jovens de 18 a 24 anos de 23,8%, a taxa de subutilização da força de trabalho alcançou 23% e os trabalhadores informais representavam 44% do total de ocupados. Em 2014, esses mesmos

indicadores eram de 6,5%, 14,1%, 14,9% e 39% respectivamente.

Sobre a desigualdade, os dados são similares. O coeficiente de Gini que vinha caindo desde 2002 voltou a subir. A taxa de pobreza que havia caído expressivamente para 8,4% em 2014 reverteu essa tendência e alcançou 13,8% em 2019. Por fim, a participação dos 40% de menores rendas no total de rendimentos caiu de 13,6% em 2014 para 12,1% em 2018, enquanto a dos 10% mais ricos passou de 34,5% para 37%.

O desemprego estrutural tende a ser agravado pelos efeitos das novas tecnologias associadas à chamada Quarta Revolução Industrial. A generalização dessas tecnologias provavelmente tornará redundante uma parte expressi-

va da força de trabalho atualmente ocupada. Mesmo com a criação de novos tipos de ocupação, seus efeitos tendem a ser demolidores.

É importante recordar que, como parte do processo de acumulação de capital, toda mudança tecnológica envolve uma redução potencial de ocupação da força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, cumpre também um papel essencial como vetor de dinamização da economia. Isto porque o crescimento econômico supõe o aumento progressivo da produtividade do trabalho. E a sinergia entre esse aumento e o ritmo de expansão da economia é a única maneira de compatibilizar a transformação tecnológica com a preservação e/ou expansão do emprego.

A globalização e a financeirização da economia mundial agregam outros ingredientes a esse quadro. No caso brasileiro, muitas das consequências da revolução digital não dependem tanto da incorporação das novas tecnologias ao sistema produtivo local, mas dos efeitos indiretos derivados da perda de competitividade e do padrão de especialização produtiva. A desregulamentação e a abertura indiscriminadas da economia tem, assim, um papel chave na propagação dos efeitos diretos e indiretos da atual revolução tecnológica.

Também a reforma trabalhista de 2017 e outras medidas, como a Lei da Liberdade Econômica de 2019, tornam mais complexa a questão ocupacional. Em situações de desemprego estrutural, a modificação das modalidades de emprego e das relações de trabalho, orientadas à redução dos custos salariais e à diminuição do papel dos sindicatos como instrumentos de negociação e barganha dos trabalhadores, tende a desequilibrar em favor do capital o conflito distributivo e potencializa os efeitos negativos das novas tecnologias sobre o nível e as con-

dições de emprego, a renda e a proteção social dos trabalhadores. É o que vem acontecendo no País, uma espécie de antecipação dos efeitos dessas tecnologias, paradoxalmente sem adotá-las em grau significativo.

Além do rentismo financeiro que caracteriza o atual estágio da economia capitalista mundial, existem duas maneiras constitutivas de ter acesso à renda e a riqueza: a inserção produtiva no mercado de trabalho e o acesso à propriedade dos meios de produção. Outras formas supõem a mediação do Estado, seja através da oferta pública de bens e serviços sociais ou das políticas de distribuição de renda e proteção social. O bloqueio dessas vias de acesso e a redução da capacidade do Estado de exercer essas funções acentuam a desigualdade social e aumenta a pobreza e a miséria.

Com os padrões atuais de direção e gestão da economia brasileira é pouco provável que o mecanismo do crescimento possa produzir graus de dinamismo do mercado de trabalho capazes de equacionar os problemas de desemprego estrutural e desigualdade social e contrabalançar os impactos negativos das novas tecnologias. Isso torna a questão da renda básica essencial e, ao mesmo tempo, levanta dúvidas sobre sua viabilidade e eficácia social.

A renda básica de cidadania não pode ser concebida para solucionar problemas que são produto das características estruturais da economia e de sua inserção internacional, que produzem exclusão social e desemprego. São essas características que devem ser modificadas, até porque não há como financiar de forma permanente, dada sua dimensão, um programa que atenda às necessidades sociais dos setores excluídos ou precarizados.

Seria necessário criar um espaço fiscal - via, por exemplo, uma

reforma tributária radicalmente progressiva, a criação de fundos soberanos para redistribuição das rendas dos recursos naturais ou outras modalidades similares - para viabilizar um programa de abrangência geral. E isso nem sempre é uma possibilidade real. O que ocorre com maior frequência é a implantação de programas focalizados, de menor alcance.

Assim, as perspectivas do mundo trabalho, no caso brasileiro são extremamente sombrias, dado a herança da pandemia, a desregulamentação do mercado de trabalho, o debilitamento da capacidade financeira do Estado, os impactos potenciais diretos e indiretos das novas tecnologias e o crescimento medíocre da economia. Isso torna indiscutível e socialmente inadiável a implantação de um programa amplo de renda básica, com um padrão que garanta um nível adequado de atendimento das necessidades sociais dos grupos afetados.

No entanto a viabilidade a médio e longo prazo e a eficácia social de um programa desse tipo dependem de que ele esteja inserido em um processo de transição para um novo modelo de desenvolvimento, fundado em alguns pilares: a modificação dos padrões de consumo, o redesenho e dinamização do sistema produtivo com critério social e ambiental, a reconstrução da capacidade de investimento e regulação econômica do Estado e o estabelecimento de um novo modo de inserção internacional.

Sem essas condições, a implantação de um programa de renda básica de cidadania tenderia a ser extremamente limitado em sua abrangência e capacidade de proporcionar um mínimo aceitável de atendimento das necessidades da população. •

* Economista, é ex-funcionário da CEPAL e da FAO e ex-assessor econômico no Congresso Nacional.



Sebastião Salgado

REFORMA AGRÁRIA URGENTE E NECESSÁRIA

O Brasil possui uma das maiores concentrações de terras do mundo e ocupa o segundo lugar em concentração de renda. Pequenos produtores donos de até 50 hectares são responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos no país, detém 81% dos estabelecimentos rurais, e ocupam 12,8% da área ocupada pela produção rural

Por Elisa Guaraná de Castro *

O Partido dos Trabalhadores tem apresentado à sua militância e à sociedade brasileira um Plano para a Reconstrução e Transformação do Brasil, uma proposta em edificação para o diálogo amplo no país. O eixo estratégico do plano é a “construção de um Brasil desenvolvido, igualitário, solidário, soberano, ambientalmente sustentável e profundamente democrático”.

Para se atingir tal objetivo são necessárias mudanças estruturais na realidade brasileira, de modo a enfrentar e superar relações de poder que aprofundam desigualdades, exploração, violência e fome no Brasil e na América Latina. Entre tantas outras, a Reforma Agrária configura estas mudanças.

No entanto, é preciso dizer que a noção de reforma agrária é objeto de polêmicas e disputas há muito tempo no Brasil, inclusive na esquerda. Há aqueles que entendem não haver mais necessidade de qualquer reforma agrária, e que no máximo a promoção do desenvolvimento rural passa por incluir a “agricultura de subsistência” nas relações capitalistas de produção e comercialização. Outros compreendem a reforma agrária como uma ação social focal, que visaria manter no campo uma parcela de famílias que tenham ao menos condições mínimas de sobrevivência. Há a leitura do papel econômico e político da reforma agrária na promoção do desenvolvimento nacional, papel articulado com um projeto de transformação da nossa sociedade. São concepções mediadas pelos distintos diagnósticos da sociedade brasileira e possibilidades de sua transformação.

O acesso, uso e propriedade da terra é o cerne de qualquer debate sobre reforma agrária. Os conflitos por terra são históricos no nosso país, das Sesmarias à Lei de Terras de 1850 temos aparatos estatais e marcos legais que configuraram uma estrutura fundiária excludente, extremamente concentrada. Em que pese o Estatuto da Terra (1964) e a Constituição de 1988 terem es-

OS CONFLITOS POR TERRA SÃO HISTÓRICOS NO NOSSO PAÍS. DAS SESMARIAS À LEI DE TERRAS DE 1850, TEMOS MARCO LEGAL EXCLUDENTE

tabelecidos marcos legais para a democratização da terra, os modelos de desenvolvimento promovidos pelo Estado brasileiro seguiu reforçando a concentração fundiária e dos recursos públicos para a grande produção de commodities.

A continuidade da concentração fundiária no Brasil, e, portanto, da concentração de poder econômico e político, não ocorreu sem resistência e aprendizados importantes. No contexto das lutas pela redemocratização, de

ascenso das mobilizações por terra e surgimento do MST, foi lançado em 1985 o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). As lutas dos movimentos sociais rurais também provocaram mudanças institucionais e nas políticas públicas. Desde a criação e extinção do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) nos anos 1980, até o retorno de um ministério exclusivo para a agricultura familiar nos governos FHC. No bojo do massacre de Eldorado dos Carajás no Pará em 1996, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, e no ano 2000 é instituído o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Neste período ganha destaque o termo e a identidade “agricultura familiar”.

No âmbito das políticas públicas foram criados instrumentos importantes para os pequenos agricultores produtores de alimentos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Pesquisas como o Impacto dos Assentamentos (NEAD/2004) demonstram que regiões que concentram assentamentos de reforma agrária apresentam mudanças que impactam desde a diversificação e acesso a alimentos para a população, à melhoria nas condições econômicas e sociais com a geração de emprego e renda, circulação de recursos como crédito e comercialização de produtos nessas regiões, e no acesso à saúde e educação. Por tanto, reforça como a Reforma Agrária pode ter um impacto em um modelo de desenvolvimento que promova a melhoria das

condições de vida e redução de desigualdades sociais movimentando positivamente a economia local e regional. Isso, em um cenário ainda de baixo investimento público.

No fim dos anos 1990 ocorre uma ofensiva ideológica, política e institucional das forças antagonônicas a qualquer projeto de reforma agrária. Há uma diminuição na mobilização por terra. Emerge o termo "agronegócio" positivando o modelo agrícola de produção de commodities. São propostos mecanismos de enfraquecimento e freio dos movimentos populares do campo, como Banco da Terra e a medida provisória 2.027-38/2000, que proibia a vistoria de fazendas ocupadas "por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo" durante um período de dois anos (até quatro anos em caso de reincidência).

Os governos Lula e Dilma foram importantes para a paralização da escalada de criminalização da luta pela terra e seus movimentos sociais, e para uma valorização da agricultura familiar, dos camponeses, e dos povos e comunidades tradicionais. Intensificaram e ampliaram as políticas públicas para o setor, com destaque para o PAA, PNAE, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e os volumes crescentes de recursos nos planos safras com foco nos pequenos e médios produtores. Foram inúmeras iniciativas de arranjos institucionais e de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar na produção, na comercialização, na distribuição de alimentos e na geração de renda.

No entanto, uma formulação estratégica de conciliação com o agronegócio e uma correlação de forças desfavorável, impossibilitou avanços na estrutura fun-

diária brasileira, assim como de alteração estrutural no modelo de produção agrícola. É inegável o peso econômico e político dos produtores de commodities em nosso país, o que merece uma análise mais detalhada em outra oportunidade.

O Brasil possui uma das maiores concentrações de terras do mundo e ocupa o segundo lugar em concentração de renda (Relatório RDH/ONU). Segundo o

A ELITE RURAL BRASILEIRA SEGUE TENDO UM PERFIL QUE NOS REMETE A NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA: BRANCA, MASCULINA E ENVELHECIDA

Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2020) os pequenos produtores (até 50 hectares), responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos no país (Atlas Brasil Agrário), detêm 81% dos estabelecimentos rurais, e ocupam 12,8% da área total ocupada pela produção rural no Brasil.

Já as maiores extensões de terra registradas, com mais de 2,5 mil hectares, representam 0,3% dos estabelecimentos, com 32,8% da área ocupada. Importante ainda ressaltar que 1% dos proprietários detêm 45% da área

rural. Seguimos com uma estrutura fundiária limitadora da promoção da segurança e soberania alimentar, e da geração de emprego e renda para população brasileira.

A elite rural brasileira segue tendo um perfil que nos remete a nossa história excludente de ocupação fundiária: branca, masculina e envelhecida. Segundo o Censo Agropecuário 47,9% dos proprietários se declaram de cor ou raça branca, 7,8% preta, 0,6% amarela, 42,6% parda e 0,8% indígena. Mas nas áreas de até 1 hectare 25,5% se declararam de cor ou raça branca, 13,6% preta, 1,8% amarela, 57,9% parda e 8,3% indígena. Já para as propriedades com mais de 500 hectares 72,2% dos proprietários são de cor ou raça declarada branca, 2,5% preta, 0,06% amarela, 23,9% parda e 0,4% indígena. Portanto temos nas maiores áreas os proprietários majoritariamente de cor ou raça branca. E ainda, são homens, 81,3% que dirigem os estabelecimentos, enquanto apenas 18,7% são mulheres, apesar de termos uma pequena melhora comparando os Censos Agropecuários 2006 e 2017, as mulheres passaram de 12,7%, em 2006, para 18,7%, em 2017. Um terceiro fator importante é que seguimos observando o envelhecimento do campo brasileiro e os limites da sucessão rural nos marcos da nossa estrutura fundiária. De 2006/2017 houve redução, em termos absolutos e relativos, nos estabelecimentos dirigidos por produtores com menos de 45 anos (de 38,8% para 29,2%), dos quais apenas a metade com menos de 35 anos, enquanto as faixas mais elevadas aumentaram (de 61,2% para 70,9%). (IBGE,2020)

Mas por que a Reforma Agrária parece um tema quase invisível para a população brasileira?

O que permite que se misture o enfrentamento das formas desiguais de produção e de interesses distintos para a maioria da população brasileira com o Agro é Pop (sic)? Em que poderíamos como governo e sociedade civil termos feito para disputar nos corações e mentes da população brasileira para a centralidade da Reforma Agrária?

Essas são questões importantes para pensarmos como retomar a urgência da Reforma Agrária para um projeto de transformação. Ao longo de 13 anos os governos do PT avançaram em um diálogo com a população brasileira sobre a importância da alimentação saudável. Ou seja, conseguimos por meio de políticas públicas e da ação dos movimentos sociais avançar no reconhecimento social da importância da alimentação saudável, introduzindo os produtos orgânicos, agroecológicos ou de transição com baixo uso de agrotóxicos, nos mercados e na mesa dos brasileiros. O Bolsa Família e o enfrentamento da pobreza rompe com o coronelismo, enxada e voto que se materializava de muitas formas, como nas filas do R\$1,00 nas prefeituras, nos anos 1990 e início dos anos 2000, durante períodos cíclicos de secas, que não eram tratadas por políticas públicas que potencializassem formas de convivência como o Programa 1 Milhão de Cisternas.

No entanto, não avançamos no entendimento junto a população brasileira, e em especial junto aos trabalhadores urbanos, da relação direta da origem do alimento que chega à sua mesa com a produção da agricultura familiar, e na centralidade da Reforma Agrária para a mudança estrutural das relações de poder historicamente violenta e desigual.

Para avançarmos são fundamentais o enfrentamento de

questões persistentes. É imprescindível o fortalecimento dos mecanismos de aquisição, fiscalização e distribuição de terras com infraestrutura que promovam não só a produção, mas o bem viver no campo com acesso em especial para as mulheres e jovens. Definir com clareza a defesa da Reforma Agrária e do direito a um desenvolvimento sustentável, ambientalmente e socialmente justo, e promotor da segurança e soberania alimentar.

1% DOS PROPRIETÁRIOS DETÊM 45% DA ÁREA RURAL. ESTRUTURA FUNDIÁRIA LIMITA A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Isso significa de um lado investir recursos equivalentes ao que representa ser responsável por boa parte dos alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro, e por tanto, garantir as muitas formas de ampliar a produção familiar e coletiva de alimentos como a agricultura urbana, e o controle da gestão dos recursos produtivos. E impactar na estrutura fundiária com uma Reforma Agrária popular, a demarcação das áreas indígenas e o reconhecimento das terras quilombolas. Mas

principalmente definir os limites da exploração das grandes produções com a fiscalização incondicional do trabalho e escravo e promoção do trabalho decente, discutir o limite da extensão da terra para garantir sua função social, combater a monocultura como modelo de produção, e o controle do uso de agrotóxicos. Estes são alguns eixos centrais para promover uma mudança necessária para um outro Brasil.

Em meio a maior pandemia sanitária já vivenciada no último século, a Covid-19, temos a atuação contundente de movimentos sociais rurais e em especial das suas juventudes, para diminuir as fronteiras invisíveis entre o rural e urbano do Brasil, garantindo o alimento saudável para a população que hoje retorna às mazelas da extrema pobreza fomentada por um governo genocida. Com práticas intergeracionais essas experiências têm preservado os mais velhos de se exporem e avançado na troca de saberes, incluindo a potencialização do uso das tecnologias na promoção de ações de solidariedade.

Os retrocessos impostos a partir do Golpe de 2016 e a ascensão do bolsonarismo nos colocam enormes desafios para a disputa de um novo projeto que tenha na Reforma Agrária um pilar central para a promoção da democracia no Brasil. A Reforma Agrária no Brasil do século XXI tem que resolver antigos e novos desafios. Promover soberania e segurança alimentar tendo por base um novo modelo de matriz produtiva que contribua na preservação ambiental, com geração de emprego e renda e do bem viver, ao mesmo tempo que altera estruturalmente as relações de poder. •

Doutora em Antropologia e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro



Divulgação

PERU EM NOVA ENCRUZILHADA HISTÓRICA

As últimas pesquisas apontam distância do candidato Pedro Castillo, de esquerda, da ultraconservadora e neoliberal Keiko Fujimori, com 10% de vantagem para o professor. A filha do ex-presidente vem apelando para velhas táticas da extrema direita: fake news, “fantasma do comunismo” e sugestão de fraude eleitoral

Por **Monica Valente** *

Em 6 de junho, será realizado o segundo turno das eleições presidenciais no Peru. Disputam o pleito dois candidatos opostos em tudo: o professor Pedro Castillo, do Partido Peru Libre, e Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, do Partido Fuerza Popular.

O Peru é um país que vive uma crise multidimensional muito grave: econômica, política e social. No final da década de 80, em uma

crise parecida com essa, a eleição de Alberto Fujimori em 1990 impôs ao país uma saída neoliberal autoritária marcada pela corrupção, que terminou por levar aquele país a um processo intenso de desnacionalização, privatização, aumento da pobreza, desemprego, desigualdade e todos os males do ideário neoliberal.

Keiko Fujimori, sua filha, atuava então como primeira dama do governo. Fujimori se manteve no poder inclusive por meio de golpe militar. Os governos que se seguiram não conseguiram mudar o quadro.

A pandemia do Coronavírus só fez intensificar todas essas mazelas e, em 11 de abril, realizou-se o primeiro turno que mostrou um quadro fragmentado e uma disputa bastante acirrada. Ao final da primeira rodada, em inesperado resultado, o professor Pedro Castillo saiu vitorioso com mais de 19% dos votos, seguido por Keiko Fujimori, com 13,3%.

De perfil de esquerda, Castillo é um professor do ensino básico, tornou-se nacionalmente conhecido por ter liderado uma forte greve nacional da educação em 2017, vem do interior do país e

fazia parte das chamadas “rondas campesinas”, uma forma de organização local para combater os crimes que ocorriam nas zonas rurais do Peru.

Sua campanha no primeiro turno foi marcada por forte combate ao neoliberalismo, ao que ele denomina “neocolonialismo” dos tempos atuais, e defende um novo pacto constitucional, já que a atual Constituição foi promulgada à época de Fujimori. Tem uma profunda identidade com o povo pobre do interior do país, e seu resultado no primeiro turno é devido a uma expressiva votação deste segmento social.

Keiko Fujimori, ao contrário, tem um perfil de extrema direita. Profundamente identificada com o ideário neoliberal autoritário representado por seu pai Alberto Fujimori, disputa a eleição inclusive sob liberdade provisória devido a um processo criminal por corrupção. Recentemente, defendeu as estimadas 300 mil esterilizações forçadas realizadas durante o governo de Alberto Fujimori, especialmente de mulheres indígenas e camponesas, alegando que seriam parte de “plano de planejamento familiar”.

A disputa do segundo turno vem se caracterizando por alto grau de acirramento. Castillo vem logrando ampliar apoios junto à centro esquerda, tendo assinado um importante pacto político com Veronika Mendoza, do Partido Nuevo Peru e que liderou a coalizão Juntos por El Peru, onde obteve 8% dos votos.

Esse pacto aponta para cinco questões fundamentais: vacinação universal contra a Covid-19, reativação da economia com mais investimentos públicos em infraestrutura, nas pequenas e médias empresas e pequenos agricultores, combatendo a fome e o desemprego, realização de um referendo popular sobre nova Constituição para o país, luta con-

tra a corrupção e defesa dos órgãos constitucionais de controle público.

As últimas pesquisas eleitorais vem apontando um crescimento da distancia entre Pedro Castillo e Keiko Fujimori, de cerca de 10% de vantagem para o primeiro. De parte da campanha de Keiko Fujimori, frente a esses números, vem sendo usadas as velhas táticas da extrema direita como fake news, o “fantasma do comunismo”, sugestão de fraude eleitoral, dentre outros mecanismos conhecidos.

A DISPUTA VEM SE CARACTERIZANDO POR ALTO GRAU DE ACIRRAMENTO. MAS CASTILLO VEM LOGRANDO AMPLIAR APOIOS JUNTO À CENTRO ESQUERDA

Mais grave ainda, suspeita-se que um massacre em que morreram cerca de 16 pessoas, ocorrido na região remota de San Miguel del Ene, há duas semanas, seja tática de associar a matança ao “terrorismo” representado pela candidatura de Castillo.

Em artigo denominado “Um massacre no Peru quando o fujimorismo perde nas pesquisas eleitorais”, publicado no Público, a diretora-adjunta Esther Rebollo aponta para estranhas coincidências. Para a autora, “o massacre,

que pode responder a um acerto de contas em uma área altamente perigosa e permeada por máfias do narcotráfico, ocorre um dia depois de conhecidas as últimas pesquisas eleitorais, que deram uma vitória contundente ao professor Pedro Castillo, do esquerdista Peru Libre, à frente de Keiko Fujimori, da ultra-conservadora e corrupta Força Popular”.

E continua, a partir de contato com o Centro de Pesquisa em Drogas e Direitos Humanos (CIDDDH): “Parece que a magnitude da preocupação com a vitória do professor Castillo é indicativa do número de mortes no massacre”, explica Hugo Cabieses de Lima, na tentativa de esclarecer o contexto de um massacre que supera qualquer evento que tenha ocorrido em muitos anos. Ele também envia vários alertas: nos últimos dias, os Fujimori têm insistido na ameaça do Senderista, eles colocaram o VRAEM [Valle de los Ríos Apurímac-Ene y Montana] no centro de sua campanha. Além disso, acrescenta Cabieses, é surpreendente que um analista ligado a Fujimori, Pedro Yaranga e o próprio Rospigliosi [assessor de Keiko para a área de segurança] tenha divulgado a notícia do massacre muito antes do Comando Conjunto das Forças Armadas”.

Diante desse quadro, as forças progressistas e de esquerda da América Latina vem se posicionando em favor de Pedro Castillo, por seu programa anti-neoliberal e popular, contra o retrocesso brutal que significaria a vitória de uma candidata como Keiko Fujimori. Esperemos que nesta verdadeira encruzilhada em que se encontra o povo peruano possa triunfar a democracia e os interesses populares através da vitória de Pedro Castillo.

* Membro da Comissão Executiva do PT e secretária-executiva do Foro de São Paulo.



29 de maio de 1980

MORTE AUMENTA TENSÃO NO ARAGUAIA

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (PA), Raimundo Ferreira, o Gringo, é sequestrado, torturado e morto por pistoleiros. Gringo era ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na véspera, o padre Ricardo Rezende, da CPT, denunciou em Brasília que líderes rurais do Pará estavam jurados de morte. O enterro foi acompanhado por cerca de 4 mil pessoas. O caso nunca foi apurado.

30 de maio de 1982

GLOBO ABRE ESPAÇO PARA FIGUEIREDO DURANTE DITADURA

Estreia na Rede Globo de Televisão o programa semanal "O Povo e o Presidente". Gravado no Palácio do Planalto, tinha o formato de entrevista, na qual o apresentador Ney Gonçalves Dias fazia perguntas de "cidadãos comuns" ao presidente João Figueiredo. O programa ia ao ar após o "Fantástico", a maior audiência da televisão na época, e fazia parte da desesperada estratégia da ditadura para tentar vencer as eleições daquele ano. O programa era uma propaganda tão explícita da ditadura que sua exibição foi proibida pelos tribunais regionais eleitorais de São Paulo e do Ceará às vésperas das eleições de 15 de novembro. De acordo com a Globo, a criação de "O Povo e o Presidente" foi sugerida por Roberto Marinho.

28 de maio de 1945

LEI AGAMENON DEFINE REGRAS ELEITORAIS

O presidente Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei nº 7.586, para regular o alistamento eleitoral e as futuras eleições. É o novo Código Eleitoral do país, que leva o nome do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. O decreto definiu que, para obter o registro e assim disputar as eleições, os partidos deveriam ter base nacional, ou seja, obter o apoio de, no mínimo, 10 mil eleitores em cada um de pelo menos cinco estados. Essa medida visava inviabilizar a recriação do quadro partidário anterior ao Estado Novo, sustentado por partidos regionais.

28 de maio de 2003

"CONSELHÃO" ARTICULA GOVERNO E SOCIEDADE

O governo Lula sanciona a Lei 10.683/2003, que cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O "Conselhão", como é chamado, compõe-se de trabalhadores, empresários, movimentos sociais, governo e lideranças expressivas de vários setores, com a finalidade de assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes, com base na relação entre governo e sociedade civil.

29 de maio de 1936

ESTATÍSTICAS DO PAÍS SÃO CENTRALIZADAS

O Instituto Nacional de Estatística (INE), criado em 1934, entra finalmente em funcionamento. A nova instituição tem como missão fornecer dados socioeconômicos confiáveis. O instituto é definido como uma "entidade de natureza federativa", com vistas ao "levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais", mediante "a progressiva articulação e cooperação" das três esferas: federal, estadual e municipal.



29 de maio de 1979

UNE RENASCE REIVINDICANDO DEMOCRACIA

Representantes de estudantes de todo o país elegem abertamente a primeira diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) depois de a entidade ter sido tornada ilegal pela Lei Su-

plicy, em 1964. O acontecimento coroa o esforço de reconstrução da entidade, que vinha ocorrendo desde 1977. Nesse período, dois encontros nacionais haviam sido brutalmente reprimidos em Belo Horizonte e São Paulo. O chamado “Congresso da Reconstrução” marcou o auge da retomada do movimento estudantil, que havia retornado às ruas com grandes passeatas no começo de 1977. Nesse período

foram organizadas entidades autônomas, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) Livre Alexandre Vannucchi Leme, na USP, e Uniões Estaduais de Estudantes. As principais palavras de ordem da UNE reconstruída defendiam o ensino público e gratuito e pediam a libertação de estudantes presos por atividades políticas e anistia ampla, geral e irrestrita para todos os presos, cassados, banidos e exilados.

1º de junho de 1942

VALE DO RIO DOCE É NOSSA!

O presidente Getúlio Vargas assina decreto passando para a propriedade da União a estrada de ferro Vitória-Minas e o porto do Espírito Santo, que pertencia à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia. Getúlio nomeará um superintendente para administrar as companhias, até que seja formalizada a Companhia Vale do Rio Doce, com capital misto.

1º de junho de 1964

LEI ATACA SINDICATOS

A Lei Antigreve é aprovada pelo Congresso e sancionada pelo general Castelo Branco. Tornou praticamente impossíveis as paralisações de trabalhadores tantas eram as exigências previstas no texto. Uma paralisação teria de ser aprovada pelo voto secreto de dois terços da categoria em dois turnos, com intervalo de um mês entre eles.

1º de junho de 2010

2ª CONCLAT UNIFICA A LUTA

Acontece em São Paulo a 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), promovida por cinco centrais sindicais. Quase 30 anos após a primeira edição, o evento leva ao Pacaembu 30 mil trabalhadores de todo o país, de diversas categorias, além de representantes de movimentos sociais, camponeses e de aposentados e pensionistas.

RACISMO ESTRUTURAL, O FANTASMA AINDA ASSOMBRA

À luz do século 21, o Brasil permanece implantando o racismo estrutural e institucional sobre as pessoas negras. A omissão do Estado se reflete no descaso com as vidas negras, no trato da abordagem de agentes públicos e privados

Por Paulo Paim *

A pandemia acendeu ainda mais esse racismo, que fortalece as desigualdades no país. O Estado não existe para os mais vulneráveis. Não oferece a eles educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Não condiz com as garantias e princípios constitucionais.

A omissão do Estado se reflete no descaso com as vidas negras, no trato da abordagem de agentes públicos e privados. Muitos matam e depois perguntam o porquê. Isso nos indigna.

O Instituto de Segurança Pública (ISP) registra que as mortes por intervenção de agente do Estado somaram 453 no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 4%, e 157 em março, 37% a mais em relação ao mesmo mês de 2020.

Só em São Paulo, de janeiro de 2015 a dezembro de 2020, 1.253 crianças e adolescentes, de 19 anos ou menos, foram mortas, conforme dados do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), em parceria com o Fundo das Nações

Unidas para a Infância (Unicef).

Um exemplo que demonstra que vidas negras não importam, é o caso das três crianças desaparecidas, há cinco meses, em Belford Roxo. Fernando Henrique, de 11 anos, Alexandre da Silva, de 10 anos, e Lucas Matheus, de 8 anos. Essas crianças saíram de casa, no dia 27 de dezembro do ano passado, e não foram mais vistas até hoje. As suas famílias choram e clamam por uma resposta. Só agora temos alguns sinais de investigação mais profunda. Por que a sociedade brasileira não se comove com esse fato?

Em meados de 2020, o STF decidiu pela suspensão da realização de ações policiais em comunidades do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

Infringindo essa decisão, em 6 de maio, a comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, é surpreendida com a ação desestruturada do Estado, tendo como resultado a morte de 28 seres humanos. Qual a cor dessas pessoas mortas?

Cesare Lombroso teorizava os aspectos comportamentais e biológicos baseados na criminologia de determinadas pessoas. Isso contribui para a estigmatização negativa do negro e assombra diariamente a nossa sociedade.

Não podemos permitir isso.

Sou um parlamentar negro e tenho consciência da responsabilidade que carrego frente ao combate ao racismo no Brasil. Por isso, resgatamos e elaboramos mais de 13 proposições para promoção da igualdade racial. As sugestões e a parceria ativa dos movimentos negros foram fundamentais para esse resultado. O Senado se sensibilizou e aprovou as propostas.

Entre elas, a Convenção Interamericana contra o Racismo, o PL 5231, de 2020, que trata da abordagem policial dos agentes públicos e privados.

Essas matérias tramitam na Câmara e precisam ser pautadas e votadas. Não podemos permitir que realidades diárias, como a de Jacarezinho, se perpetuem no país.

Oxalá, que neste mês de maio, consigamos aprovar o PL 4373, de 2020, que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Esse crime precisa ser imprescritível e inafiançável, pois o racismo, crime cruel, precisa ser abolido na sua essência e esse projeto garante essa punição educativa.

Martin Luther King dizia: "que não sejamos julgados pela cor da pele, mas pelo conteúdo do nosso caráter." Muito axé.

* Senador pelo PT do Rio Grande do Sul.



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

CULTURA E POLÍTICA NO BRASIL ATUAL

Antonio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares (organizadores)
Carlos Paiva • Céli Regina Jardim Pinto • Christiane Ramírez •
Eliane Costa • Gaudêncio Fidelis • Jackson Raymundo • João Guerreiro
• João Roberto Peixe • Leandro Colling • Lia Calabre • Marcia Sant'anna
• Marcia Tiburi • Márcio Meira • Miguel Jost • Sérgio Mamberti •
Tony Teófilo • Valter Pomar • Venício A. de Lima

Download do livro no site fpabramo.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores